



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Dissertação

Análise da Influência da Pobreza Menstrual no Desempenho Escolar da Rapariga na Escola
Secundária de Tenga na Província de Maputo

Stela Eunícia Cumaio Palé

Maputo, Janeiro de 2026

Análise da Influência da Pobreza Menstrual no Desempenho Escolar da Rapariga na Escola
Secundária de Tenga na Província de Maputo

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade Eduardo Mondlane
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Mestrado em Educação.

Candidata: Stela Eunícia Cumaio Palé

Supervisor: Prof. Doutor Augusto Joaquim Guambe

Maputo, Janeiro de 2026

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro por minha honra, que esta dissertação é fruto de uma pesquisa original e estão indicados ao longo do texto e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas. Declaro, ainda que a dissertação nunca foi apresentada, na íntegra ou parcialmente, para a obtenção de qualquer grau académico.

Maputo, Janeiro de 2026

Stela Eunícia Cumaio Palé

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo, Danilo Ricardo Macaringue.

Aos meus filhos Shisley e Daniela Macaringue.

Aos meus Pais José Langa e Flora Cumaio Langa, pelos ensinamentos e por todo apoio prestado ao longo da vida.

As minhas irmãs, Nilza, Neima e Flora Langa por todo apoio prestado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo cuidado, protecção e por nunca me deixar desistir dos meus sonhos, por mais difíceis que eles pareçam. Tudo posso naquele que me fortalece. Filipenses 4:13

Muito agradeço ao Prof. Doutor Augusto Guambe, meu supervisor, pelos ensinamentos partilhados, pelos puxões de orelha, pelas críticas construtivas e pelas horas de discussão durante a realização do trabalho.

Agradeço aos meus pais pela educação e por todo apoio prestado ao longo dos anos sob sua tutela.

Agradeço ao meu esposo, Danilo Macaringue, pelo apoio moral e financeiro prestado e aos meus filhos pela força e compreensão da minha ausência durante o meu percurso académico.

Agradeço ao Mano Dircio Macaringue, por seu inestimável apoio (moral e financeiro) ao longo do meu percurso académico, pelos sacrifícios prestados para tornar a caminhada menos penosa.

Agradeço ao meu líder espiritual Alfredo Mabunga, pelo seu incentivo a retomada dos meus estudos, e pela compreensão do afastamento temporária em actividades da Igreja para dedicar-me aos estudos, os agradecimentos estendem-se a Escola Bíblica de Cumbeza e a toda a comunidade Cristã da Congregação de Mapulango.

A todos os professores do curso de Mestrado em Educação, da Universidade Eduardo Mondlane pelos conhecimentos e experiências partilhadas durante as aulas.

Aos meus colegas do grupo de supervisão que contribuíram para a realização deste trabalho em especial a mestre Jofina Mubate, por todo apoio prestado durante a realização do trabalho e pelo suporte no estágio docente.

A todas as alunas da Escola Secundária de Tenga e aos professores, que aceitaram participar desse estudo.

Agradeço também aos meus colegas do curso de Mestrado em Educação (edição 2022) pelas experiências partilhadas e pelos laços criados.

LISTA DE ACRÓNIMOS, SIGLAS & SÍMBOLOS

AHF	<i>AIDS Healthcare Foundation.</i>
CNAC	Conselho Nacional dos Direitos da Criança.
EST	Escola Secundária de Tenga
FACED	Faculdade de Educação.
HIV/SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida.
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.
MHM	<i>Menstrual Hygiene Managment.</i>
MISAU	Ministério da Saúde.
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
ONG's	Organizações Não-Governamentais.
PEA	Processo de Ensino-Aprendizagem.
PEE	Plano Estratégico da Educação.
PESS	Plano Estratégico do Sector da Saúde.
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares.
PPC	Paridade de Poder de Compra.
PSE	Programa de Saúde Escolar.
UEM	Universidade Eduardo Mondlane.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
UNFPA	Fundo das Nações Unidas Para a População.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Dados das alunas na Escola Secundária de Tenga.....	30
Gráfico 2: Dados sobre o desconforto físico durante a menstruação	31
Gráfico 3: Dados sobre o acesso regular a produtos de menstruação.....	32
Gráfico 4: Dados sobre as condições de higiene oferecidas pelas casas de banho da EST	33
Gráfico 5: Dados sobre o sentimento emocional das raparigas na Escola durante a menstruação	34
Gráfico 6: Dados sobre a falta a escolar durante a menstruação	36
Gráfico 7: Dados sobre os motivos de ausência as aulas durante a menstruação.....	37
Gráfico 8: Dados sobre a capacidade de concentração na escola durante a menstruação	38
Gráfico 9: Dados sobre a ausência em provas, trabalhos e actividades por falta de condições para a menstruação.....	39
Gráfico 10: Dados sobre a percepção sobre o desempenho em caso de melhores condições	40
Gráfico 11: Dados sobre o interesse na participação em sessões sobre menstruação.....	43
Gráfico 12: Dados sobre a percepção sobre a necessidade dos professores receberem formação	45
Gráfico 13: Dados sobre os tipos de produtos usados durante a menstruação	46
Tabela 1: Efectivos das alunas da Escola Secundária de Tenga	27
Tabela 2: Dados dos professores da Escola Secundária de Tenga	30

Resumo

A presente dissertação analisa a influência da pobreza menstrual no desempenho escolar das raparigas da Escola Secundária de Tenga, num contexto marcado por vulnerabilidade socioeconómica, limitações infraestruturais e persistência de tabus culturais associados à menstruação. O estudo adopta uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas quantitativas e qualitativas, envolvendo a aplicação de questionários a 50 raparigas e entrevistas semi-estruturadas a 10 professores da referida instituição.

Os resultados do estudo evidenciam que a pobreza menstrual afecta significativamente o desempenho escolar das raparigas, manifestando-se através do absentismo recorrente durante o período menstrual, dificuldades de concentração em sala de aula, redução da participação nas actividades escolares e perda de avaliações importantes. Constatou-se que a falta de acesso regular a produtos de higiene menstrual, associada à inadequação das infraestruturas sanitárias escolares, caracterizadas pela falta de privacidade, água e condições mínimas de higiene, contribui para sentimentos de vergonha, ansiedade e insegurança, comprometendo o bem-estar emocional das alunas.

Adicionalmente, os dados revelam que normas culturais patriarcais reforçam a invisibilização das necessidades específicas das raparigas, funcionando como mecanismos de exclusão simbólica no espaço escolar. A análise à luz da Teoria Crítica e da Teoria Feminista demonstra que a pobreza menstrual não constitui apenas uma carência material, mas um fenómeno estrutural resultante de desigualdades de género que se reproduzem no sistema educativo.

Conclui-se que a pobreza menstrual representa uma barreira significativa à equidade de género e ao direito à educação, afectando negativamente o rendimento escolar das raparigas. O estudo recomenda a implementação de políticas escolares e públicas que assegurem o acesso gratuito a produtos menstruais, a melhoria das infraestruturas sanitárias e a integração da educação menstrual no currículo escolar, como estratégias fundamentais para a promoção de ambientes educativos inclusivos e equitativos.

Palavras-chave: Pobreza menstrual; Desempenho escolar; Género; Educação; Raparigas.

Abstract

This dissertation analyses the influence of menstrual poverty on the academic performance of girls at Tenga Secondary School, within a context characterised by socioeconomic vulnerability, inadequate school infrastructure, and persistent cultural taboos surrounding menstruation. The study adopts a mixed-methods approach, combining quantitative and qualitative techniques, including questionnaires administered to 50 female students and semi-structured interviews with 10 teachers.

The findings reveal that menstrual poverty significantly affects girls' academic performance through recurrent absenteeism during menstruation, reduced concentration in class, limited participation in school activities, and missed assessments. The lack of regular access to menstrual hygiene products, coupled with inadequate sanitary facilities, marked by insufficient privacy, water, and hygiene conditions, contributes to feelings of shame, anxiety, and insecurity, negatively impacting students' emotional well-being.

Furthermore, the results indicate that patriarchal cultural norms and the institutional silence surrounding menstruation reinforce the invisibility of girls' specific needs, operating as forms of symbolic exclusion within the school environment. The analysis, grounded in Critical Theory and Feminist Theory, demonstrates that menstrual poverty is not merely a material deprivation, but a structural phenomenon rooted in gender inequalities reproduced within the education system.

The study concludes that menstrual poverty constitutes a significant barrier to gender equity and the right to education, adversely affecting girls' academic performance. It recommends the implementation of school-based and public policies that ensure free access to menstrual products, improvement of school sanitation infrastructure, and the integration of menstrual education into the school curriculum as essential strategies to promote inclusive and equitable learning environments.

Keywords: Menstrual poverty; Academic performance; Gender; Education; Girls.

Índice

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização	1
1.2. Problema de Pesquisa	3
1.3. Objectivos de Pesquisa	4
1.3.1. Objectivo Geral	4
1.3.2. Objectivos Específicos	4
1.3.3. Perguntas de Pesquisa	4
1.4. Relevância da Pesquisa	5
1.5. Estrutura da Dissertação	5
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA	7
2.1. Definição de Conceitos-Chave	7
2.1.1. Pobreza Menstrual	7
2.1.2. Adolescência	8
2.1.3. Desempenho Escolar	8
2.1.4. Conceito de Género	9
2.2. Quadro-Teórico	10
2.2.1. Teoria da Reprodução Cultural	11
2.2.2. Perspectiva de Género	12
2.2.3. Análise da Pobreza Menstrual à Luz da Teoria Crítica e da Teoria Feminista	13
2.2.4. A Teoria Crítica e a Pobreza Menstrual	13
2.2.5. A Teoria Feminista e a Centralidade do Género	14
2.2.6. Articulação entre Teoria Crítica e Teoria Feminista	15
2.3. Aspectos Físicos, Psicológicos e Sociais da Pobreza Menstrual	15
2.3.1. Aspectos Físicos	16
2.3.2. Aspectos Psicológicos	16

2.3.3. Aspectos Sociais.....	17
2.4. Pobreza Menstrual e o Desempenho Escolar.....	17
2.5. Estratégias de Intervenção e Apoio para a Gestão da Pobreza Menstrual nas Escolas.....	18
2.6. Síntese crítica dos principais aspectos relevantes da Literatura.....	21
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....	24
3.1. Classificação da pesquisa.....	24
3.1.1. Quanto a Natureza.....	24
3.1.2. Quanto aos Objectivos.....	24
3.2. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados.....	25
3.2.1. Técnicas de Recolha de Dados.....	25
3.2.1.1 Análise Bibliográfica.....	25
3.2.2. Instrumentos de Recolha de Dados.....	25
3.2.2.1 Questionário.....	25
3.2.2.2 Entrevista Não-Estruturada.....	26
3.3. Descrição do Local de Estudo.....	26
3.4. População e Amostra.....	27
3.5. Procedimentos de Tratamento dos Dados.....	27
3.6. Questões Éticas.....	28
CAPÍTULO IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	29
4.1. Perfil dos Participantes do Estudo.....	29
4.2. Desafios Físicos, Psicológicos e Sociais Enfrentados Pelas Raparigas em Contexto Escolar Decorrentes da Pobreza Menstrual.....	31
4.3. Relação entre a Pobreza Menstrual e o Rendimento Escolar das Raparigas, Avaliando como a Falta de Acesso a Produtos de Higiene Menstrual Influencia a sua Frequência às Aulas.....	36
4.4. Linhas estratégicas para a orientação das iniciativas de redução dos efeitos da pobreza menstrual na educação, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo.....	43
CAPÍTULO V: CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	49

5.1. Conclusão.....	49
5.2. Recomendações.....	50
Referências Bibliográficas	52
Apêndice I: Termo de consentimento informado.....	54
Apêndice II: Questionário.....	55
Apêndice III: Guião de entrevista	60

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

O presente capítulo da introdução é composto por quatro secções. Na primeira sessão é feita a contextualização do debate sobre a pobreza menstrual, na segunda é formulado o problema de pesquisa que orienta esta dissertação. Na terceira sessão são apresentados os objectivos do estudo (geral e específicos), na quarta são as perguntas de pesquisa. Na quinta é apresentada a justificativa para a realização da presente pesquisa, na sexta sessão é apresentada a estrutura da dissertação.

1.1. Contextualização

A pobreza menstrual é uma realidade que afecta milhões das raparigas em todo o mundo, caracterizando-se pela falta de acesso a produtos de higiene menstrual adequados, saneamento básico e educação sobre menstruação. De acordo com a UNFPA e a UNICEF (2021, p. 11), esse fenómeno não é apenas uma questão de saúde pública, mas também um factor que pode influenciar directamente no desempenho escolar das raparigas, contribuindo para as desigualdades de género na educação.

A forma como a menstruação é socialmente abordada encontra-se profundamente marcada por construções históricas e culturais que reflectem relações desiguais de poder. De acordo com Simone de Beauvoir (1980), a sociedade patriarcal constrói o corpo feminino como um “outro”, subordinado e definido a partir de normas masculinas, o que contribui para a desvalorização das experiências corporais das mulheres. Nesse sentido, a menstruação, enquanto fenómeno exclusivamente feminino, passa a ser associada a ideias de impureza, vergonha e fraqueza, distorcendo valores sociais e legitimando práticas de exclusão.

Esta lógica é reforçada por aquilo que Judith Butler (2004) denomina de normas regulatórias de género, que moldam os corpos e comportamentos considerados socialmente aceitáveis. A menstruação, ao escapar a essas normas, torna-se um elemento incómodo, frequentemente invisibilizado nos espaços públicos e institucionais, incluindo a escola. Em contextos marcados por desigualdades económicas e raciais, como é o caso de muitas comunidades moçambicanas, essa invisibilização é agravada, fazendo com que as raparigas pobres sejam duplamente marginalizadas, por serem mulheres e por pertencerem a grupos socialmente vulneráveis.

Assim, a pobreza menstrual não pode ser compreendida apenas como uma carência material, mas como o resultado de um sistema patriarcal e estrutural que distorce valores sociais, silencia o corpo feminino e naturaliza a exclusão das raparigas no espaço escolar, afectando directamente o seu bem-estar, a sua participação e o seu desempenho académico.

Embora a pobreza menstrual tenha ganhado mais atenção nos últimos anos, ela sempre foi uma realidade presente na vida de mulheres e meninas. Além da falta de produtos essenciais de higiene e de locais adequados para seu uso, a pobreza menstrual também se caracteriza pela falta de conhecimento sobre o próprio corpo e o ciclo menstrual.

Apesar dos avanços em algumas áreas, as mulheres ainda são menos valorizadas que os homens. Harari (2018, p. 158-161) aponta que “menos recursos são investidos na saúde das mulheres, o que pode explicar a falta de produtos de higiene menstrual”. A falta de discussão aberta e a estigmatização do tema dificultam a compreensão de que todas as pessoas que menstruam devem ter acesso a produtos de higiene como uma necessidade e um direito.

As Nações Unidas, ao adoptarem em **2015** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, reconheceram a importância de eliminar barreiras estruturais que afectam desproporcionalmente mulheres e raparigas, relacionando a gestão menstrual digna com metas centrais do **ODS 4** (Educação de Qualidade), **ODS 3** (Saúde e Bem-Estar) e **ODS 5** (Igualdade de Género).

Moçambique não está alheio a essa realidade, uma vez que apesar de ser membro das Nações Unidas e participar activamente na elaboração de Agendas de Desenvolvimento Global e de ter assinado a Declaração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, em muitas zonas a menstruação ainda é vista como mito e tabu, segundo o Estudo realizado pela Be Girl Moçambique (2018).

Em Moçambique, onde persistem limitações socioeconómicas e infraestruturais, a pobreza menstrual pode constituir uma barreira real para a permanência e o sucesso escolar das raparigas. Na Escola Secundária de Tenga, estes desafios ganham expressão concreta, destacando a necessidade de compreender como tais condições influenciam o desempenho escolar e o bem-estar das alunas.

1.2. Problema de Pesquisa

Ao longo da história, a menstruação foi tratada como um tema tabu em muitas sociedades, e essa percepção permanece forte em diversas culturas e religiões, levando as mulheres e raparigas, a ocupar uma posição de passividade perante o conhecimento médico e científico. (Vieira, 2002)

As práticas culturais e as crenças relacionadas à menstruação têm impacto directo na saúde física, emocional e psicossocial, afectando negativamente a vida escolar e o desenvolvimento das meninas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Anderson, Brito & Duckett, 2020).

A pobreza menstrual, definida pela falta de acesso a produtos de higiene menstrual adequados e pelo estigma associado ao ciclo menstrual, é uma realidade que afecta mulheres e particularmente adolescentes em situações de risco social. Este fenómeno tem repercussões significativas no desempenho escolar das raparigas, uma vez que a falta de recursos e a vergonha associada à menstruação muitas vezes resultam em faltas à escola, desconforto e até desmotivação para prosseguir com os estudos (Jost & Machado, 2021). A insegurança relacionada à gestão da menstruação pode, assim, afectar a auto-estima, a confiança e a mobilidade das meninas, comprometendo sua saúde e educação (Anderson, Brito & Duckett, 2020).

Em Moçambique, embora existam políticas públicas e compromissos legislativos para promover a igualdade de direitos, a menstruação continua sendo um tabu cultural que agrava ainda mais a situação das adolescentes (WaterAid, 2015).

Estudos recentes, como o realizado pelo Centro de Investigação para Saúde da Manhica (CISM) em parceria com a UNICEF e o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), indicam que a gestão inadequada da higiene menstrual pode ser um factor relevante que impacta negativamente o desempenho escolar das raparigas, especialmente em contextos de baixa renda, como o de Moçambique (CISM, 2021).

Embora a menstruação seja um processo biológico natural, a forma como é vivida pelas raparigas depende fortemente das condições económicas, culturais e estruturais em que se encontram. No contexto de Tenga, onde muitas famílias enfrentam dificuldades financeiras e a escola apresenta limitações em termos de infra-estruturas sanitárias, a pobreza menstrual

emerge como um factor crítico que afecta a assiduidade, a concentração e a participação das alunas nas actividades escolares.

Apesar de reconhecida por instituições nacionais e internacionais como um obstáculo ao direito à educação, a relação entre pobreza menstrual e rendimento escolar ainda é pouco estudada no contexto moçambicano, havendo escassez de dados específicos que permitam compreender a profundidade e a natureza deste impacto.

Surge, assim, a seguinte questão central:

- **De que forma a pobreza menstrual impacta o desempenho escolar das raparigas na Escola Secundária de Tenga, na província de Maputo?**

1.3. Objectivos de Pesquisa

1.3.1. Objectivo Geral

Analisar a influência da pobreza menstrual no desempenho escolar das raparigas na Escola Secundária de Tenga.

1.3.2. Objectivos Específicos

- Descrever desafios enfrentados pelas raparigas em contexto escolar incluindo aspectos físicos, psicológicos e sociais.
- Analisar a relação entre a pobreza menstrual e o rendimento escolar das raparigas.
- Propor linhas estratégicas para a orientação das iniciativas de redução dos efeitos da pobreza menstrual na educação.

1.3.3. Perguntas de Pesquisa

- Quais os desafios físicos, psicológicos e sociais enfrentados pelas raparigas em contexto escolar decorrentes da pobreza menstrual?
- De que forma a pobreza menstrual pode afectar o rendimento escolar das raparigas?
- Que estratégias podem ser desenvolvidas para mitigar os efeitos da pobreza menstrual na educação?

1.4. Relevância da Pesquisa

O estudo sobre a influência da pobreza menstrual no desempenho escolar na Escola Secundária de Tenga na província de Maputo é de extrema relevância por diversos motivos. Pressupondo que a pobreza menstrual é um problema real e muitas vezes invisível, que afecta a dignidade, o bem-estar e a saúde de mulheres e raparigas, analisar essa relação permite identificar e abordar uma barreira significativa que pode estar impactando directamente o sucesso escolar dessas alunas.

Ao investigar essa questão específica na Escola Secundária de Tenga, será possível avaliar o contexto local e suas peculiaridades, incluindo os desafios enfrentados pelas alunas no acesso a produtos menstruais adequados e nas condições de higiene escolar. Essa análise pode gerar *insights* valiosos para políticas educacionais e de saúde pública, visando melhorar as condições para essas alunas.

Além disso, estudar a influência da pobreza menstrual no desempenho escolar pode contribuir para a consciencialização e o combate ao estigma associado à menstruação, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa. Essa pesquisa também pode fornecer dados concretos para apoiar programas de intervenção e fornecer recursos necessários para as alunas enfrentarem esse desafio.

Outrossim, o estudo pode catalisar mudanças tangíveis que beneficiem não apenas o desempenho escolar, mas também a qualidade de vida e o desenvolvimento integral das raparigas.

1.5. Estrutura da Dissertação

A presente dissertação que analisa a influência da pobreza menstrual no desempenho escolar das raparigas na Escola Secundária de Tenga na Província de Maputo, está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é a presente introdução, onde faz-se uma breve contextualização do tema, apresenta-se o problema de pesquisa, os objectivos da pesquisa e a justificativa. O segundo é a revisão da literatura, onde são discutidos o quadro conceptual e teórico usado na pesquisa.

O terceiro capítulo é referente a metodologia, onde apresenta-se o quadro metodológico usado para a realização deste estudo. O quarto capítulo é análise e interpretação de dados onde são apresentados os dados obtidos no trabalho de campo e com recurso ao quadro teórico-conceptual faz-se a análise e interpretação. O quinto capítulo é referente as

considerações finais, onde de forma breve são apresentadas as conclusões da pesquisa. Depois das considerações finais, são apresentadas as referências bibliográficas, os apêndices e os anexos do trabalho.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo é composto por quatro secções. Na primeira discute-se os conceitos-chave do trabalho e delimita-se as variáveis que possibilitarão a operacionalização destes conceitos. Na segunda, apresenta-se o quadro teórico onde de forma breve é descrita a teoria científica em que se enquadra este debate e os conceitos desta teoria que facilitarão o debate. Na terceira são apresentados os factores que influenciam na construção de crenças sobre a educação sexual e na quarta sessão são apresentadas algumas razões que impulsionam a abordagem da pobreza menstrual

2.1. Definição de Conceitos-Chave

2.1.1. Pobreza Menstrual

Segundo Sumpter e Torondel (2013) *pobreza menstrual* é um fenómeno social que ocorre quando as mulheres e raparigas não têm acesso adequado a produtos de higiene menstrual, a instalações sanitárias apropriadas ou a informação sobre saúde menstrual, devido a barreiras económicas, culturais ou estruturais. Ainda segundo os autores, este termo engloba tanto a falta de acesso a itens essenciais para a gestão menstrual (como absorventes, colectores menstruais, ou outros produtos de higiene) quanto os desafios mais amplos relacionados à educação sobre menstruação, tabus culturais e a falta de infra-estrutura de saneamento adequada, que afectam directamente a saúde e o bem-estar das meninas e mulheres.

Por outro lado, Laurie (2019) considera pobreza menstrual como sendo falta de acesso a produtos menstruais seguros, higiénicos e acessíveis, a água potável e saneamento básico, e a informações precisas sobre a menstruação.

Outrossim, Maharaj (2018), considera que pobreza menstrual é um problema multifacetado que inclui a falta de acesso a produtos menstruais, água potável, saneamento, higiene, educação sobre menstruação, e a prevalência de tabus e estigmas relacionados à menstruação.

Na óptica de Santos (2022), a pobreza menstrual é caracterizada pela falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual, por questões estruturais - ausência de sanitários seguros e em bom estado de conservação, saneamento básico e falta de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais, pela insuficiência ou incorreção nas informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais.

Mediante as definições apresentadas, entende-se que estas convergem ao apontar a falta de acesso a produtos menstruais, água potável, saneamento e educação menstrual como aspectos fundamentais. Outrossim, destaca-se a importância da informação precisa sobre menstruação, assim como a dimensão estrutural para compreender a pobreza menstrual.

2.1.2. Adolescência

Etimologicamente, a palavra adolescência deriva do latim *adolescere* que significa “crescer”, sucede-se a infância e antecede a idade adulta (Machado, 1989 apud Steinberg, 2017).

A Organização Mundial da Saúde-OMS (2017) define a adolescência como o período de desenvolvimento humano que se inicia aos 10 anos e termina aos 19 anos. Este período é caracterizado por mudanças físicas, psicológicas e sociais significativas.

Por sua vez, Arnett (2019) define a adolescência como um período de “emergência da identidade”, caracterizado por cinco processos principais:

- i. Exploração de identidade: experimentação de diferentes valores, crenças e comportamentos.
- ii. Formação de compromisso: desenvolvimento de um conjunto de valores e crenças mais estável.
- iii. Concentração no eu: foco em si mesmo e em seus próprios objectivos.
- iv. Instabilidade emocional: maior propensão a experimentar emoções intensas e variáveis.
- v. Autoconsciência intensificada: maior foco em seus próprios pensamentos, sentimentos e comportamentos.

Com base nas definições, entende-se que a adolescência é um período de transição marcado por mudanças físicas, psicológicas e sociais significativas, caracterizado pela busca de identidade, experimentação, formação de valores, concentração no eu e intensificação da autoconsciência. Esses processos reflectem a complexidade e a importância dessa fase de desenvolvimento na vida dos indivíduos.

2.1.3. Desempenho Escolar

Segundo Libâneo (2004, p. 48) o desempenho escolar é definido como o “nível de rendimento do aluno em relação aos objectivos educacionais propostos”. Nessa perspectiva, o foco recai sobre a aquisição de conhecimentos e habilidades específicos em diferentes áreas

do currículo, onde o desempenho é medido através de avaliações formais, como provas e trabalhos, que visam verificar o grau de assimilação dos conteúdos ministrados.

Outrossim, Carvalho (2005), considera que o desempenho escolar é o resultado da relação entre o desempenho do aluno e as expectativas de aprendizagem definidas pelo currículo escolar. Envolve tanto o domínio dos conteúdos específicos quanto o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sócio-emocionais e comportamentais necessárias para o sucesso escolar.

Por fim, Lucki (2010) considera que o desempenho escolar é um conceito multifacetado que abrange diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem, incluindo o conhecimento adquirido, as habilidades desenvolvidas, as atitudes cultivadas e os valores internalizados pelos alunos.

Mediante os conceitos apresentados, entende-se que o desempenho escolar resulta da relação entre o aluno e os objectivos educacionais do currículo, envolvendo a aquisição de conhecimentos específicos e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socio-emocionais e comportamentais essenciais para o sucesso na escola.

2.1.4. Conceito de Género

Segundo Louro, G. L. (1997), o género não deve ser compreendido como uma consequência natural das diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas como uma construção social, histórica e cultural, produzida e reproduzida nas relações sociais, nas instituições e nos discursos. Para a autora, o género é um processo relacional, ou seja, define-se nas interacções sociais e nas relações de poder que organizam a sociedade.

Louro enfatiza que o género é construído por meio de práticas discursivas, normas sociais, valores culturais e instituições como a família, a escola, a religião e o Estado. Estas instâncias sociais produzem significados sobre o que é considerado “feminino” e “masculino”, estabelecendo expectativas, comportamentos e papéis sociais diferenciados para homens e mulheres. Assim, o género não é fixo nem natural, mas dinâmico e passível de transformação, variando de acordo com o contexto histórico e sociocultural.

No campo da educação, Guacira Lopes Louro destaca que a escola é um espaço privilegiado de produção e reprodução de normas de género. Através do currículo, das práticas pedagógicas, da organização dos espaços e das relações entre professores e alunos, a escola

contribui para a naturalização de desigualdades de género. Segundo a autora, essas desigualdades muitas vezes manifestam-se de forma subtil, por meio de expectativas diferenciadas em relação ao comportamento, ao desempenho e à participação de meninas e meninos no ambiente escolar.

Louro também sublinha que o género está intrinsecamente ligado às relações de poder, sendo utilizado como um mecanismo de regulação dos corpos e das identidades. Nesse sentido, as normas de género podem funcionar como formas de controlo social, legitimando exclusões, silenciamentos e desigualdades. No caso das raparigas, essas normas incidem de maneira particular sobre o corpo feminino, regulando a sexualidade, a aparência e os comportamentos considerados aceitáveis.

Aplicando o conceito de género de Guacira Lopes Louro ao presente estudo, compreende-se que a pobreza menstrual não é apenas uma questão biológica ou de higiene, mas um fenómeno social e educativo profundamente marcado por construções de género. A forma como a menstruação é silenciada, estigmatizada ou ignorada no espaço escolar reflete normas de género que desvalorizam as experiências corporais das raparigas, contribuindo para a sua marginalização e afectando negativamente o seu desempenho escolar.

Deste modo, o conceito de género, tal como formulado por Guacira Lopes Louro, oferece uma base teórica sólida para analisar como a escola, enquanto instituição social, participa na reprodução de desigualdades de género e como essas desigualdades se manifestam na vivência da menstruação e no acesso equitativo à educação.

2.2. Quadro-Teórico

A análise da pobreza menstrual no contexto escolar exige uma abordagem teórica capaz de ir além da descrição empírica do fenómeno, permitindo compreender as suas causas estruturais, ideológicas e sociais. Neste sentido, o presente estudo apoia-se na Teoria Crítica e na Teoria Feminista, por serem quadros analíticos que problematizam as relações de poder, as desigualdades sociais e os mecanismos de dominação que atravessam as instituições, incluindo a escola.

2.2.1. Teoria da Reprodução Cultural

Segundo Bourdieu (1977) citado por Almeida e Santos (2019), a Teoria da Reprodução Cultural argumenta que as desigualdades sociais são reproduzidas e perpetuadas através das estruturas sociais, instituições e práticas culturais. Para Bourdieu, a reprodução social refere-se aos processos pelos quais as estruturas sociais são mantidas e perpetuadas ao longo do tempo. Isso ocorre por meio da transmissão de capitais (económico, cultural, social e simbólico) entre gerações, garantindo que as classes dominantes mantenham suas posições privilegiadas na sociedade. A reprodução social não se dá apenas pela posse do capital económico, mas principalmente pelo capital cultural, que inclui conhecimentos, habilidades e diplomas que legitimam as desigualdades sociais como naturais e meritocráticas.

O capital cultural é central na teoria de Bourdieu. Ele é acumulado e transmitido por meio da educação formal e das práticas culturais familiares. Esse capital pode ser incorporado (habilidades e conhecimentos), objectificado (bens culturais) ou institucionalizado (certificados e diplomas). Para Bourdieu, o sistema educacional desempenha um papel crucial na reprodução social, ao legitimar as desigualdades existentes como se fossem baseadas em mérito individual, enquanto na verdade reflectem o acesso desigual aos capitais.

Outro conceito-chave na teoria de Bourdieu é o habitus, que se refere às disposições internalizadas pelos indivíduos com base em sua posição no espaço social. O habitus molda as percepções, acções e aspirações dos indivíduos de forma inconsciente, levando-os a aceitar as estruturas sociais como naturais. Esse processo é reforçado pela dominação simbólica, em que os dominados consentem com sua posição subordinada devido à naturalização das relações de poder.

Nesta teoria, a educação é tida como instrumento de reprodução, pois, a escola é vista por Bourdieu como uma instituição central para a reprodução social. Por meio de práticas pedagógicas que aparentam ser neutras e meritocráticas, a escola contribui para a legitimação das desigualdades sociais. Os alunos provenientes de classes dominantes têm maior acesso ao capital cultural necessário para o sucesso escolar, enquanto aqueles de classes populares enfrentam barreiras estruturais que dificultam sua ascensão social.

Nesse sentido, a luz do tema, as barreiras enfrentadas pelas raparigas adolescentes em zonas rurais de Moçambique para acessar uma educação de qualidade, devido à pobreza menstrual, podem ser compreendidas como parte de um sistema mais amplo de desigualdade estrutural.

A falta de acesso a produtos menstruais adequados, instalações sanitárias e educação menstrual pode ser vista como manifestações concretas dessa reprodução de desigualdades, que perpetuam o ciclo de pobreza e marginalização.

2.2.2. Perspectiva de Género

De acordo com Butler (1990) citado por Santos e Ferreira (2022), a Perspectiva de Género destaca como as normas, papéis e relações de género moldam as experiências e oportunidades das pessoas em uma sociedade. A perspectiva de género é uma abordagem analítica que busca entender e abordar as desigualdades sociais, culturais e históricas entre homens e mulheres. Essa perspectiva é fundamental para a promoção da igualdade de género e para a compreensão das dinâmicas de poder que permeiam as relações sociais. A seguir, apresento uma análise detalhada sobre a perspectiva de género, suas implicações e desafios.

A perspectiva de género refere-se à análise dos papéis, responsabilidades e expectativas atribuídos a homens e mulheres em diferentes contextos culturais. Esse conceito vai além das diferenças biológicas e busca entender como as construções sociais influenciam as oportunidades e os direitos de indivíduos de diferentes géneros. A partir da década de 1990, a adoção do termo “género” nos discursos políticos e escolares passou a incluir a análise das desigualdades de poder entre os sexos, reconhecendo que as violações de direitos contra as mulheres são resultado dessa assimetria (Barsted, 2001).

De acordo com Maeda (2021), a adoção da perspectiva de género é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ela permite identificar, questionar e avaliar práticas discriminatórias que afectam as mulheres, além de promover acções que visem transformar essas realidades. A implementação dessa perspectiva em diversas áreas, como saúde, educação e justiça, contribui para um entendimento mais profundo das relações sociais e para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades específicas de cada género.

No contexto jurídico, por exemplo, a perspectiva de género é essencial para garantir que as injustiças enfrentadas por mulheres sejam tratadas com sensibilidade. Isso implica que juízes e advogados estejam cientes dos estereótipos de género que podem influenciar suas decisões. Documentos como o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Género foram elaborados para orientar o sistema judiciário na condução de casos que envolvem questões de género, como assédio sexual e discriminação salarial (Barsted, 2001).

Ainda na visão do autor supracitado, apesar dos avanços na incorporação da perspectiva de género em políticas públicas e legislações, ainda existem muitos desafios. O preconceito arraigado e a resistência à mudança cultural são obstáculos significativos. Para que a perspectiva de género seja efectivamente implementada, é necessário um esforço contínuo para dismantelar estereótipos prejudiciais e promover uma educação inclusiva que valorize a diversidade.

No contexto das raparigas adolescentes em Moçambique, a pobreza menstrual pode ser analisada à luz das normas de género que desvalorizam as necessidades e experiências das mulheres e meninas. A falta de acesso a produtos menstruais e educação menstrual pode ser entendida como resultado dessas estruturas de poder que perpetuam a marginalização das mulheres e limitam suas oportunidades educacionais.

Em suma, ao aplicar essas teorias (reprodução e perspectiva de género) ao estudo da influência da pobreza menstrual no desempenho escolar das raparigas adolescentes na Escola Secundária de Tenga é possível desenvolver uma análise crítica que vá além da superfície dos problemas, identificando as raízes estruturais e de género dessas desigualdades e fornecendo informações para a formulação de políticas e intervenções mais eficazes.

2.2.3. Análise da Pobreza Menstrual à Luz da Teoria Crítica e da Teoria Feminista

A análise da pobreza menstrual no contexto escolar exige uma abordagem teórica capaz de ir além da descrição empírica do fenómeno, permitindo compreender as suas causas estruturais, ideológicas e sociais. Neste sentido, o presente estudo apoia-se na Teoria Crítica e na Teoria Feminista, por serem quadros analíticos que problematizam as relações de poder, as desigualdades sociais e os mecanismos de dominação que atravessam as instituições, incluindo a escola.

2.2.4. A Teoria Crítica e a Pobreza Menstrual

A Teoria Crítica, inspirada nos pensadores da Escola de Frankfurt e posteriormente desenvolvida no campo educacional por autores como Paulo Freire, parte do princípio de que os problemas sociais não são naturais nem inevitáveis, mas resultam de estruturas históricas, económicas e políticas que produzem desigualdades e exclusões.

Sob esta perspectiva, a pobreza menstrual pode ser compreendida como uma expressão das desigualdades estruturais presentes na sociedade moçambicana, especialmente no acesso a

recursos básicos, serviços públicos e condições dignas de escolarização. A ausência de produtos menstruais, de infra-estruturas sanitárias adequadas e de políticas escolares sensíveis ao gênero revela um sistema educativo que, em vez de promover a emancipação, acaba por reproduzir desigualdades sociais e de gênero.

A Teoria Crítica permite, assim, questionar o papel da escola enquanto instituição que, muitas vezes, naturaliza situações de exclusão. A invisibilização da menstruação no espaço escolar, o silêncio institucional e a ausência de respostas estruturadas configuram formas de opressão simbólica que limitam a participação plena das raparigas no processo educativo. Neste sentido, a pobreza menstrual deixa de ser vista como um problema individual das alunas e passa a ser analisada como um problema social e político, que exige transformação estrutural.

2.2.5. A Teoria Feminista e a Centralidade do Gênero

A Teoria Feminista contribui de forma decisiva para a análise da pobreza menstrual ao colocar o gênero no centro da reflexão. Autoras feministas argumentam que as desigualdades vividas pelas mulheres e raparigas decorrem de sistemas patriarcais que regulam os corpos femininos e desvalorizam as suas experiências.

Segundo Bell hooks (2013), o corpo das mulheres é historicamente controlado por normas sociais que produzem silêncio, vergonha e subordinação. A menstruação, enquanto experiência corporal feminina, é frequentemente associada à impureza e ao tabu, o que contribui para a exclusão simbólica das raparigas, especialmente em contextos educativos.

A Teoria Feminista permite compreender que a pobreza menstrual não é apenas resultado da falta de recursos materiais, mas também de relações de poder de gênero que determinam quais necessidades são reconhecidas e atendidas pelas políticas públicas. A inexistência de educação menstrual no currículo, a ausência de formação dos professores e a falta de investimento em infra-estruturas adequadas reflectem uma hierarquia de prioridades que marginaliza as necessidades específicas das raparigas.

Além disso, abordagens feministas contemporâneas defendem que a análise da pobreza menstrual deve considerar a intersecção entre gênero, classe social e contexto cultural. As raparigas em situação de pobreza enfrentam múltiplas camadas de exclusão, que se manifestam de forma concreta no absentismo escolar, na baixa participação nas aulas e no fraco desempenho académico.

2.2.6. Articulação entre Teoria Crítica e Teoria Feminista

A articulação entre a Teoria Crítica e a Teoria Feminista fortalece a análise do problema ao permitir uma leitura integrada das dimensões estruturais e de género da pobreza menstrual. Enquanto a Teoria Crítica evidencia os mecanismos sociais e institucionais que reproduzem desigualdades, a Teoria Feminista revela como essas desigualdades incidem de forma particular sobre os corpos e as experiências das raparigas.

Neste estudo, essa articulação possibilita compreender que a pobreza menstrual é um fenómeno produzido por um sistema educativo e social que falha em reconhecer as necessidades das raparigas como direitos. A escola, ao não garantir condições dignas para a gestão menstrual, contribui para a reprodução da exclusão e limita o potencial emancipatório da educação.

Deste modo, a análise da pobreza menstrual à luz da Teoria Crítica e da Teoria Feminista sustenta a necessidade de transformações estruturais, tanto ao nível das políticas públicas quanto das práticas escolares, visando promover a equidade de género, a justiça social e o direito à educação com dignidade.

2.3. Aspectos Físicos, Psicológicos e Sociais da Pobreza Menstrual

O termo pobreza menstrual nasceu na França, durante a luta pela construção de políticas públicas voltadas a um conceito marcado por singularidades e complexidades que representam a falta de acesso a recursos, conhecimento e infra-estrutura adequada para que as meninas tenham capacidade de obter uma menstruação segura.

A educação como direito fundamental tem seu acesso ainda mais dificultado quando se faz necessário enfrentar problemas relacionados à pobreza menstrual, as modalidades de percalços gerados são amplas, passando por dificuldades relacionadas ao desenvolvimento psicológico que vão muito além da auto-estima, atingindo até mesmo questões de mal-estar físico como factor que impede a frequência das aulas no decorrer do ano lectivo. (UNESCO, 2019).

A pobreza menstrual constitui uma problemática transversal e multidimensional que afecta profundamente o percurso educativo de raparigas em diferentes partes do mundo, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconómica. Esta condição caracteriza-se pela

dificuldade ou impossibilidade de acesso a produtos menstruais seguros, instalações sanitárias adequadas e informação adequada sobre saúde menstrual (UNICEF, 2019). Os seus efeitos manifestam-se de forma interligada em três dimensões principais: física, psicológica e social, comprometendo não só a permanência das alunas no sistema educativo, mas também o seu bem-estar e dignidade.

2.3.1. Aspectos Físicos

A menstruação é um processo fisiológico natural que ocorre no organismo humano feminino, resultante do funcionamento do sistema reprodutor feminino. Trata-se da eliminação periódica do revestimento interno do útero (endométrio), quando não ocorre a fecundação, sendo regulada por alterações hormonais cíclicas que envolvem os ovários, o útero e o sistema endócrino.

Do ponto de vista biológico, a menstruação pode ser acompanhada por manifestações físicas como dores abdominais (dismenorreia), cefaleias, fadiga e alterações no bem-estar geral. Quando estas manifestações ocorrem em contextos de pobreza menstrual, caracterizados pela falta de acesso a produtos de higiene adequados, água e condições sanitárias apropriadas, os efeitos físicos tendem a intensificar-se, comprometendo o conforto, a mobilidade e a capacidade de concentração das raparigas no ambiente escolar.

Assim, embora a menstruação seja um processo fisiológico normal do sistema reprodutor feminino, a ausência de condições adequadas para a sua gestão transforma-a num factor de vulnerabilidade física, afectando negativamente a permanência e o desempenho escolar das raparigas.

2.3.2. Aspectos Psicológicos

Estudos realizados em contextos africanos evidenciam que a pobreza menstrual está associada a impactos psicológicos significativos, tais como ansiedade, vergonha, medo de exposição e diminuição da auto-estima. Um estudo conduzido por Sommer et al. (2015) no Quênia demonstra que raparigas em idade escolar manifestam elevado nível de stress durante o período menstrual, sobretudo quando frequentam escolas sem condições sanitárias adequadas.

De igual modo, relatórios da Plan International (2018), enquanto organização autora, indicam que a falta de acesso a produtos menstruais e a persistência de tabus culturais contribuem para sentimentos de insegurança e isolamento social entre raparigas adolescentes. Estes efeitos psicológicos interferem directamente na participação em sala de aula, na interacção com colegas e professores e na confiança académica das alunas.

2.3.3. Aspectos Sociais

No plano social, a pobreza menstrual contribui para a perpetuação de desigualdades de género e exclusão. Em diversas culturas, a menstruação é cercada por tabus que proíbem as raparigas de participar em actividades sociais, religiosas ou escolares (UNICEF, 2019). Este isolamento imposto reforça a ideia de impureza ou inferioridade associada ao corpo feminino, afectando a identidade e o desenvolvimento pessoal das alunas. Em contextos onde a menstruação é um tema tabu, muitas raparigas não recebem qualquer tipo de preparação para a menarca, o que agrava o impacto psicológico e dificulta a sua capacidade de gerir o ciclo menstrual de forma autónoma e digna (Plan International, 2018). A vergonha social, associada ao risco de exposição de manchas de sangue ou odores, leva frequentemente à abandono escolar, sobretudo nos primeiros dias do ciclo (Sommer et al., 2015)

2.4. Pobreza Menstrual e o Desempenho Escolar

A relação entre pobreza menstrual e desempenho escolar das raparigas tem sido amplamente discutida na literatura internacional, sobretudo em contextos de países em desenvolvimento. Diversos estudos demonstram que a gestão inadequada da menstruação interfere directamente na assiduidade, no aproveitamento pedagógico e na permanência das raparigas no sistema educativo (Sommer et al., 2015; UNICEF, 2021).

A ausência de produtos de higiene menstrual adequados pode obrigar muitas raparigas a recorrerem a alternativas improvisadas, frequentemente desconfortáveis e inseguras, o que aumenta o risco de fugas menstruais e constrangimentos em ambiente escolar. Esta situação conduz ao absentismo recorrente durante o período menstrual, à saída antecipada da escola e à perda de conteúdos curriculares essenciais, comprometendo o rendimento académico (Grant et al., 2013).

À luz da Teoria Feminista, a pobreza menstrual pode ser compreendida como uma expressão das desigualdades de género historicamente construídas, nas quais o corpo feminino é

regulado, silenciado e desvalorizado no espaço público e institucional (Beauvoir, 1980; Butler, 2004). A escola, enquanto instituição social, tende a reproduzir estas desigualdades quando ignora as necessidades menstruais das raparigas, contribuindo para a sua marginalização simbólica e material.

A Teoria Crítica permite, por sua vez, interpretar a pobreza menstrual como um fenómeno estrutural inserido em relações de poder mais amplas, onde factores económicos, culturais e institucionais se articulam para produzir exclusão. Nesta perspectiva, o baixo desempenho escolar das raparigas não resulta de fragilidades individuais, mas de um sistema educativo que não garante condições equitativas de aprendizagem (Bourdieu & Passeron, 1977).

Assim, a pobreza menstrual emerge como um obstáculo significativo à igualdade de oportunidades educativas, afectando não apenas o desempenho escolar imediato, mas também as trajetórias educativas futuras das raparigas, incluindo a progressão escolar e a conclusão do ensino secundário.

2.5. Estratégias de Intervenção e Apoio para a Gestão da Pobreza Menstrual nas Escolas

A literatura aponta diversas estratégias para mitigar os efeitos da pobreza menstrual no desempenho escolar das raparigas. Entre as principais medidas destacam-se a disponibilização gratuita de produtos de higiene menstrual nas escolas, a melhoria das infraestruturas sanitárias e a implementação de programas de educação menstrual sensíveis ao género (UNICEF, 2021; Plan International, 2018).

As desigualdades de género e as assimetrias a ela associadas situam-na no centro das preocupações mundiais no que concerne aos direitos humanos e ao desenvolvimento. Neste âmbito, a educação escolar constitui a base considerada primordial para intervenção no sentido de oferecer aos alunos de todos os géneros, mas particularmente as mulheres, uma base comum de conhecimentos, atitudes e competências para reverter as desigualdades (Louro, G. 1997).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 26 afirma que toda a pessoa tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos primeiros graus elementares e fundamentais. Apesar do Direito à Educação ser reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como um Direito Humano, percebe-se que este

direito tem sido ao longo da História negado a uma maioria impossibilitada de frequentar a escola por diversos motivos.

A gestão da pobreza menstrual nas escolas é a priori um tema pouco explorado, constituindo um desafio complexo que exige a intervenção de diversos actores sociais e instituições, devido à sua natureza multidisciplinar e multisectorial. Este problema vai além da questão de saúde e envolve também a educação, a equidade de género, os direitos humanos e a inclusão social.

De acordo com Barcelos e Jacobucci (2011), a pobreza menstrual pode afectar negativamente a vida das raparigas adolescentes, prejudicando não apenas sua saúde, mas também seu desempenho escolar e, conseqüentemente, suas perspectivas futuras. A nível global, a questão da pobreza menstrual tem sido amplamente reconhecida, sendo um dos pontos de preocupação da ONU dentro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 4, que visa garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade. A abordagem integrada e multidimensional, que envolve governos, escolas, organizações não-governamentais e comunidades, é essencial para garantir que todas as meninas tenham acesso ao suporte necessário para superar as barreiras impostas pela pobreza menstrual.

Para a UNFPA e UNICEF (2021), Uma das principais estratégias de intervenção e apoio para a gestão da pobreza menstrual nas escolas é a implementação de programas de distribuição gratuita de produtos menstruais. Este é um passo fundamental para garantir que as alunas não sejam forçadas a faltar à escola ou interromper suas actividades devido à falta de produtos de gestão menstrual. A implementação de uma rede de apoio para a distribuição desses produtos deve ser garantida pelas escolas, com o apoio de parceiros governamentais e privados, que assegurem uma oferta contínua e de fácil acesso. A introdução de programas deste tipo tem mostrado impacto positivo em várias regiões, especialmente quando são acompanhados por políticas públicas que os sustentam de maneira estruturada. Além disso, é importante garantir que esses produtos atendam às necessidades específicas de cada aluna, considerando diferentes preferências e as possíveis restrições financeiras de cada família.

A sensibilização e educação sobre saúde menstrual nas escolas também constitui uma estratégia fundamental para a gestão da pobreza menstrual. Programas educativos devem ser implementados, não apenas para as alunas, mas também para os professores e gestores escolares, a fim de desmistificar o tema e combater estigmas e tabus (Bahia, 2021). Para esta

autora, a educação menstrual deve ser abordada de forma a promover o entendimento sobre o ciclo menstrual, a importância da higiene adequada e as consequências da falta de cuidados. Ao capacitar todos os membros da comunidade escolar, é possível criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde as meninas se sintam à vontade para discutir suas necessidades e desafios sem medo de julgamento. Tais programas devem ser integrados ao currículo escolar, com a participação activa das autoridades educacionais, para garantir que o tema não seja tratado de forma isolada.

Outro pilar importante da gestão da pobreza menstrual é, na opinião de Barcelos e Jacobucci (2011), a criação de infra-estruturas adequadas nas escolas, como sanitários com privacidade, locais para armazenar os produtos menstruais de forma segura e confortável, e acesso a água limpa e sabão para garantir a higiene. Em muitas escolas, a falta de condições básicas de higiene e de infra-estrutura adequada para a gestão da menstruação tem um impacto directo no bem-estar das alunas e no seu desempenho escolar.

A melhoria da infra-estrutura escolar deve ser uma prioridade, especialmente nas áreas rurais, onde os desafios tendem a ser mais graves. A implementação de sanitários adequados, com produtos de higiene menstrual acessíveis, não só promove a saúde das alunas, mas também reforça o compromisso da escola com a inclusão e com o bem-estar de todos.

Ainda na visão de Bahia (2021), a integração do tema de saúde menstrual nos programas de saúde escolar é outra estratégia essencial. De acordo com o MISAU (2009, p. 16), “o Programa de Saúde Escolar (PSE) tem um papel central na promoção de condições adequadas para o desenvolvimento de adolescentes”, e a saúde menstrual deve ser uma parte integrante deste programa. Isso envolve não apenas a distribuição de produtos menstruais, mas também o aconselhamento e suporte psicológico para lidar com questões emocionais relacionadas à menstruação. O programa deve estar articulado com outras políticas públicas de saúde, educação e direitos humanos, garantindo que o tema seja tratado de maneira integral. Para que isso seja eficaz, é essencial que as escolas tenham profissionais capacitados que possam lidar com as questões relacionadas à menstruação de forma sensível e educativa.

Em outra abordagem, Moreira (2013) encara a sensibilização dos pais e da comunidade também é uma estratégia de intervenção que não pode ser negligenciada. A educação menstrual deve ultrapassar os muros da escola e alcançar as famílias e as comunidades. Os

pais desempenham um papel fundamental no apoio às suas filhas e na promoção de uma cultura de aceitação e respeito em torno do tema. Na percepção desta autora, programas comunitários de sensibilização podem ser implementados, promovendo diálogos sobre saúde menstrual, igualdade de género e o impacto da pobreza menstrual na educação das meninas. Isso pode ser feito através de workshops, campanhas de informação e distribuição de materiais educativos que envolvam a participação activa da comunidade.

Por fim, a promoção de políticas públicas defendida pela UNFPA e UNICEF (2021) e Azcue e Patiño (2018) que garantam a inclusão de questões menstruais nos currículos escolares, na saúde pública e em projectos sociais também é uma estratégia crucial. As políticas públicas devem ser desenvolvidas com a participação das partes interessadas e com a visão de garantir que as meninas tenham acesso a produtos menstruais gratuitos, educação e infra-estrutura adequadas. Tais políticas precisam ser implementadas de forma eficaz e devem estar alinhadas com as necessidades e realidades locais das escolas, com ênfase na equidade de género e no acesso à educação para todas as alunas.

Essas estratégias de intervenção e apoio são essenciais para a gestão da pobreza menstrual nas escolas e, quando implementadas de forma coordenada e integrada, podem promover melhorias significativas no desempenho escolar das meninas e no seu bem-estar geral. O envolvimento de diferentes actores e a articulação de políticas públicas e programas escolares são fundamentais para garantir que todas as alunas tenham as condições necessárias para alcançar seu pleno potencial educacional.

2.6. Síntese crítica dos principais aspectos relevantes da Literatura

Em suma, a pobreza menstrual tem sido amplamente reconhecida como um factor que afecta negativamente a vida escolar de meninas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Na onda dos conceitos, a adolescência é um período de transformação, marcado por mudanças hormonais, psicológicas e sociais. Para muitas meninas, o início da menstruação pode ser uma experiência difícil, agravada pela falta de apoio e informação. A falta de educação menstrual nas escolas é um factor crucial que contribui para o estigma em torno do tema, dificultando a aceitação do próprio corpo e gerando inseguranças. Quando as escolas não oferecem orientações adequadas, as jovens tendem a se sentir isoladas e com medo de expor suas dificuldades, o que piora as consequências dessa situação.

A relação entre pobreza menstrual e desempenho escolar é directamente observada nas dificuldades enfrentadas pelas meninas para gerenciar suas necessidades menstruais de forma digna. A escassez de produtos menstruais e a falta de infra-estrutura de higiene básica nas escolas fazem com que muitas adolescentes faltem à aula ou se sintam desconfortáveis para participar activamente das actividades. Isso resulta em um impacto significativo nas suas notas e aprendizado, criando um ciclo de desigualdade educacional. A literatura aponta que essas dificuldades não só afectam a frequência escolar, mas também a auto-estima das jovens, o que pode ter consequências a longo prazo para o seu desenvolvimento educacional e pessoal.

Para além do absentismo, a pobreza menstrual afecta negativamente a capacidade de concentração e o envolvimento nas actividades pedagógicas. Estudos indicam que o desconforto físico, aliado ao medo de estigmatização e humilhação, reduz a atenção em sala de aula e limita a participação oral e prática das raparigas, afectando a sua confiança académica e desempenho global (Hennegan & Montgomery, 2016).

Do ponto de vista estrutural, a inadequação das infraestruturas sanitárias escolares — nomeadamente a inexistência de casas de banho separadas por sexo, a falta de privacidade, água e condições mínimas de higiene, constitui um factor determinante na exclusão educativa das raparigas durante o período menstrual. Segundo a UNESCO (2014), ambientes escolares que não respondem às necessidades específicas das raparigas reforçam desigualdades de género e violam o princípio do direito à educação em condições de dignidade.

As teorias sobre a reprodução social e a perspectiva de género são fundamentais para compreender como a pobreza menstrual se insere nas desigualdades estruturais das sociedades. A teoria da reprodução social destaca como os sistemas educacionais e sociais perpetuam as desigualdades existentes, muitas vezes ignorando as necessidades específicas das meninas em idade escolar. Outrossim, a perspectiva de género aponta para a maneira como a sociedade trata a menstruação de forma diferenciada entre os sexos, com normas e expectativas que marginalizam a experiência feminina. Essas teorias ajudam a entender como a pobreza menstrual é mais do que um problema de saúde; é uma questão social profundamente enraizada nas desigualdades de género e classe.

No contexto escolar, a educação menstrual emerge como uma solução vital para combater a pobreza menstrual. Programas de educação menstrual nas escolas podem transformar a

maneira como as jovens lidam com o ciclo menstrual, desmistificando tabus e proporcionando informações essenciais. A implementação de tais programas pode ajudar as meninas a se sentirem mais confiantes e preparadas para enfrentar os desafios relacionados à menstruação, ao mesmo tempo em que promove um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. Essa abordagem pode ser um passo crucial para reduzir os efeitos negativos da pobreza menstrual sobre o desempenho escolar.

Em termos de políticas públicas, a literatura também destaca a importância de integrar questões menstruais nos programas de saúde escolar. O investimento em infra-estrutura adequada, como banheiros e a disponibilização de produtos menstruais gratuitos nas escolas, é essencial para garantir que as meninas possam frequentar a escola sem interrupções. Além disso, a abordagem integrada de saúde escolar, que inclui aspectos de higiene e educação sobre o corpo, pode contribuir significativamente para o bem-estar das adolescentes e, conseqüentemente, para a melhoria de seu desempenho escolar. A promoção de políticas de saúde que abordem essas questões é fundamental para quebrar o ciclo de desigualdade e apoiar o desenvolvimento pleno das jovens.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Neste capítulo, é feita a descrição dos principais elementos metodológicos em volta do estudo, buscando saber o tipo de pesquisa, a abordagem metodológica (aplicação e objectivos do estudo, procedimentos técnicos), as técnicas e os instrumentos de recolha de dados usados, questões éticas, a população e amostra usada no estudo, a descrição do local do estudo, bem como a caracterização da amostra.

3.1. Classificação da pesquisa

De acordo com Vieira (2009), como citado em Garnica (2018), para chegar a bom termo ou sucesso em uma pesquisa, existe uma variedade de técnicas ou caminhos que podem ser escolhidos pelos pesquisadores.

3.1.1. Quanto a Natureza

Quanto à natureza, esta é uma pesquisa aplicada pois visa gerar conhecimento para a compreensão do fenómeno da pobreza menstrual na Escola Secundária de Tenga. Este conhecimento permitirá diagnosticar o panorama da pobreza menstrual levando assim a compreensão de como influencia o desempenho escolar das raparigas.

3.1.2. Quanto aos Objectivos

Quanto aos objectivos, a pesquisa é exploratória. Segundo Gil (2008, p. 43), “as pesquisas exploratórias têm em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

A pesquisa será exploratória no sentido de investigar as diversas facetas do problema, já que a temática da pobreza menstrual é relativamente recente e precisa de mais estudos, principalmente no contexto educacional.

Nesta pesquisa, consideramos a abordagem mista, pois visa colectar e analisar dados qualitativos e quantitativos em um único estudo, (Creswell, 2007).

Ainda para o autor, sendo duas abordagens com características diferentes, elas se combinam de forma que uma prevalecerá sobre a outra ao mesmo tempo em que se podem complementar na apresentação dos resultados.

Portanto, considerando as especificidades da pesquisa sobre Pobreza menstrual e o objectivo deste estudo -analisar a pobreza menstrual e sua influencia no rendimento escolar na Escola Secundaria de Tenga, optou-se pela abordagem metodológica de natureza mista, uma vez que visa perceber um fenómeno específico na sua essência.

3.2. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

3.2.1. Técnicas de Recolha de Dados

A presente pesquisa teve como técnicas de recolha da informação análise bibliográfica.

3.2.1.1 Análise Bibliográfica

A análise bibliográfica auxiliou no levantamento de dissertações, teses livros, artigos, que abordam o mesmo assunto, podendo desta forma discutir as visões dos autores em torno do mesmo. Foram tiradas conclusões dos estudos feitos antes por vários autores, bem como as opiniões convergentes e divergentes em torno dos conceitos-chave que guiaram o estudo (Análise da Pobreza menstrual e influencia no desempenho escolar).

3.2.2. Instrumentos de Recolha de Dados

Existem instrumentos de recolha de dados ou informação julgados fundamentais. Assim, Lakatos e Marconi (2003) apontam a entrevista, o inquérito, o questionário e a observação directa como sendo os fundamentais.

Nesta pesquisa, usou-se o questionário, pois este forneceu, a partir de dados numéricos, opinião dos envolvidos em relação ao assunto. Para além deste instrumento, usou-se a entrevista semi-estruturada.

3.2.2.1 Questionário

O questionário, na óptica de Lakatos e Marconi (2003), consiste numa investigação composta por um número razoável de perguntas apresentadas por escrito às instituições, cujo objectivo é o conhecimento dos interesses, expectativas e situações vivenciais.

Nesta pesquisa, um questionário de carácter anónimo e confidencial foi aplicado as alunas da EST. Este instrumento de recolha de dados era composto por perguntas fechadas usando a escala de Likert.

3.2.2.2 Entrevista Não-Estruturada

Na entrevista não-estruturada, segundo Lakatos e Marconi (2003), o entrevistador tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direcção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Assim, foram aplicadas perguntas abertas, respondidas em forma de conversa com os inquiridos.

3.3. Descrição do Local de Estudo

A Escola Secundária de Tenga está situada no Posto Administrativo de Pessene, no distrito de Moamba, província de Maputo. É a única escola secundária existente na localidade de Tenga, tendo sido inaugurada em 2019 como resposta à crescente necessidade de acesso ao ensino secundário numa região caracterizada por desafios sociais e infra-estruturais significativos. A criação da escola surgiu num contexto de reassentamento de famílias deslocadas por projectos de grande escala, como a construção da Ponte Maputo-KaTembe. Muitas dessas famílias vivem em condições precárias, com acesso limitado a serviços essenciais, como saúde, água potável e transporte.

Actualmente, a escola atende mais de 1.642 alunos assistidos por 28 professores, em 2021, foram inauguradas duas novas salas de aula, beneficiando cerca de 300 alunos. Estas salas foram construídas com o apoio de parceiros, destacando-se o contributo do Padre Católico Vicente Llopis, e equipadas com carteiras para melhorar as condições de aprendizagem. Apesar desses avanços, a escola ainda enfrenta várias limitações estruturais que dificultam o seu funcionamento pleno.

Um dos principais desafios é o acesso à água potável, uma carência que afecta não só a escola como toda a comunidade envolvente. A dependência da chuva para o abastecimento e a necessidade de recorrer a métodos alternativos e inseguros de purificação da água revelam a vulnerabilidade sanitária da região. A escola também aguarda, até hoje, a sua ligação à rede eléctrica, o que compromete o uso de equipamentos tecnológicos e a realização de actividades que exigem electricidade.

Além das questões de infra-estrutura, a distância entre a escola e algumas comunidades representa um risco adicional para os alunos, especialmente os mais novos, que precisam percorrer longos percursos a pé.

Nesta escola frequentavam no ano lectivo de 2024, 1642 alunos, tal como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1: Efectivos das alunas da Escola Secundária de Tenga

Nível de ensino	Efectivos		
	H	M	HM
ES1	698	619	1317
ES2	172	153	325
Total	870	772	1642

3.4. População e Amostra

O estudo decorreu na Escola Secundária de Tenga, situada na província de Maputo. A escola possui um total de 1642 alunos e 28 professores. Para a realização da pesquisa, foi usada a amostragem convencional. Segundo Anderson et al. (2007), este tipo de amostragem é aquela em que os elementos são incluídos na amostra sem probabilidades previamente especificadas ou conhecidas de eles serem seleccionados.

Nesta pesquisa, as alunas e os professores que fizeram parte da amostra foram os que se mostraram disponíveis e dispostos a participar, para as alunas deviam ter pelo menos 3 anos de frequência e professores que possuem mais de 1 ano de experiência, sendo este critério de selecção pertinente para a obtenção dos dados necessários.

Os dados indicam que a escola contava em 2024 com 1642 alunos e 28 professores. Assim, do número total das alunas, foi extraída uma amostra de 50 e do universo dos professores foi extraída uma amostra de 10.

3.5. Procedimentos de Tratamento dos Dados

Os dados foram analisados e discutidos mediante o tipo de pesquisa (mista), abarcando aspectos quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos foram analisados com recurso ao programa informático Microsoft Excel, ano 2010; a análise incluiu a descrição das variáveis numéricas, cálculo das frequências absolutas e o cruzamento entre as variáveis; os resultados são apresentados em forma de tabelas simples e gráficos circulares e de barras, seguido de explicações detalhadas a respeito das variáveis estudadas.

Quanto aos dados qualitativos foi usada a técnica da análise de conteúdo, em que recorre-se a análise temática ou categorial, de modo a transcrever, tabelar e categorizar os depoimentos dos entrevistados. Segundo Bardin (2000), é uma técnica que permite o tratamento mais

organizado e mais rigoroso ao volume de material empírico contido nas entrevistas semi-estruturadas; constitui um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens.

3.6. Questões Éticas

Durante a realização deste estudo foram verificadas as seguintes questões éticas, respeito à autonomia, liberdade e privacidade dos participantes. Os participantes tiveram liberdade de decidir participar ou não da pesquisa, eles/elas foram claramente informados sobre os objectivos, usos e procedimentos da pesquisa. Foram considerados também os princípios da confiabilidade e sigilo no uso das informações em que foi garantido o anonimato.

CAPÍTULO IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo faz uma apresentação e análise dos resultados da pesquisa conduzida na Escola Secundária de Tenga.

A análise das respostas terá como finalidade a exposição da realidade representativa dos inquiridos. A mesma será feita em torno das perguntas de pesquisa, confrontando com a revisão de literatura, tendo como finalidade a exposição e indicação da realidade representativa dos inquiridos.

Nesta senda, apresentamos a seguir as perguntas de pesquisa que norteiam o desenvolvimento do estudo:

- Pergunta 1. Quais os desafios físicos, psicológicos e sociais enfrentados pelas raparigas em contexto escolar decorrentes da pobreza menstrual?
- Pergunta 2. De que forma a pobreza menstrual afecta o rendimento escolar das raparigas?
- Pergunta 3. Que estratégias podem ser desenvolvidas para mitigar os efeitos da pobreza menstrual na educação?

Com vista a buscar respostas para a pesquisa em curso, optamos por agrupar as perguntas do questionário que possivelmente dão respostas para cada pergunta de partida. Assim sendo, para dar respostas à pergunta 1, optamos por agrupar as perguntas B2, B3, B4 e B5 do questionário. E para dar respostas à pergunta 2, agrupamos as perguntas C1, C2, C3, C4, C5 e C6 do questionário.

Para a pergunta de pesquisa 3, agrupamos as perguntas D1, D2, D3, D4 e D5 do questionário.

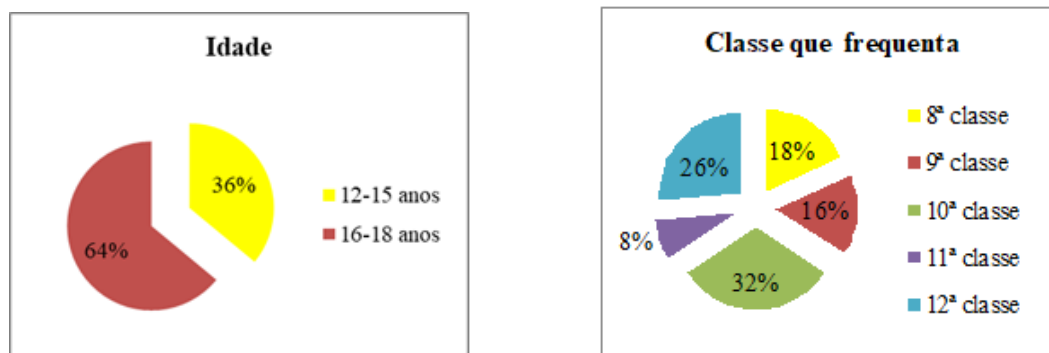
4.1. Perfil dos Participantes do Estudo

O estudo inquiriu 50 alunas dos dois ciclos e 10 professores. Os professores que participaram do estudo são formados em diferentes áreas e leccionam diferentes disciplinas de 8^a à 12^a classes. Encontre na tabela 1 dados das alunas e na tabela 2 a relação das disciplinas leccionadas pelos professores participantes do estudo.

Foram inqueridas somente alunas do sexo feminino e em relação a idade, houve uma predominância das que possuem entre 16-18 anos que correspondia a 64%. Quanto ao quesito

classe, a maioria das alunas está na 10^a correspondendo 32%, destacando-se igualmente as da 12^a classe com 26%.

Gráfico 1: Dados das alunas na Escola Secundária de Tenga



Em relação aos professores, houve predominância do sexo feminino, tendo contado com a participação de 60%, sendo que a maioria possui pelo menos 25 anos de idade, quanto ao grau académico predominante foi a Licenciatura, contando com 80%, sendo que os de formação 12^a + 2 anos eram 20%. O tempo de trabalho dominante é de 1-2 anos correspondente a 40% como se pode visualizar na tabela em seguida.

Tabela 2: Dados dos professores da Escola Secundária de Tenga

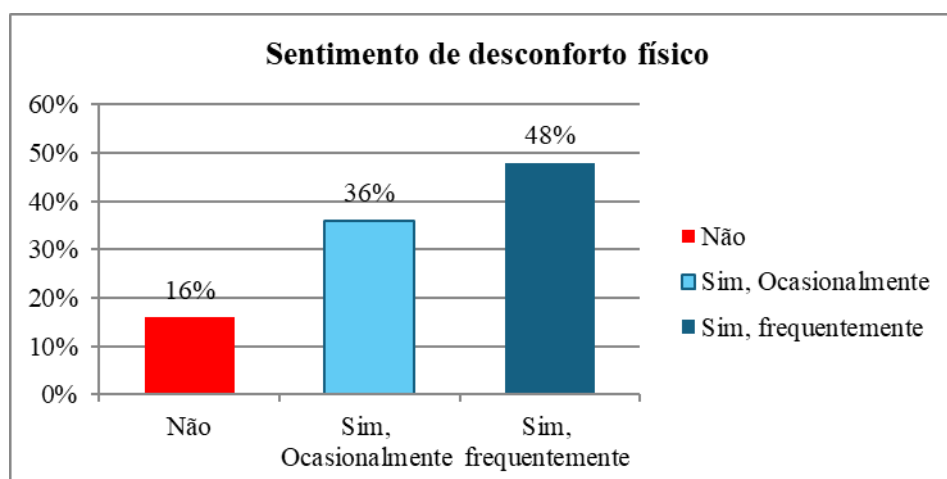
Característica	Variável	Frequência	Percentagem
Sexo	Masculino	4	40%
	Feminino	6	60%
Idade	25-30 anos	2	20%
	31-35 anos	6	60%
	Mais de 35 anos	2	20%
Tempo de Serviço	Menos de 1 ano	1	10%
	Entre 1-2 anos	1	10%
	Entre 2-3 anos	2	20%
	Mais de 5 anos	6	60%
Habilitações Literárias	12 ^a +2anos (formação)	2	20%
	Licenciatura	8	80%

4.2. Desafios Físicos, Psicológicos e Sociais Enfrentados Pelas Raparigas em Contexto Escolar Decorrentes da Pobreza Menstrual

O primeiro objectivo específico desta pesquisa busca descrever os desafios enfrentados pelas raparigas em contexto escolar devido à pobreza menstrual, incluindo aspectos físicos, psicológicos e sociais.

A pergunta B1, por sua vez, as raparigas foram questionadas se já tiveram a sua primeira menstruação, nisso, todas já ouviram falar e já tiveram a menstruação (100%), sequencialmente, na B2 procurava saber, se durante o período menstrual, as alunas sentiam algum desconforto físico. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto à presença de desconforto físico durante o período menstrual.

Gráfico 2: Dados sobre o desconforto físico durante a menstruação



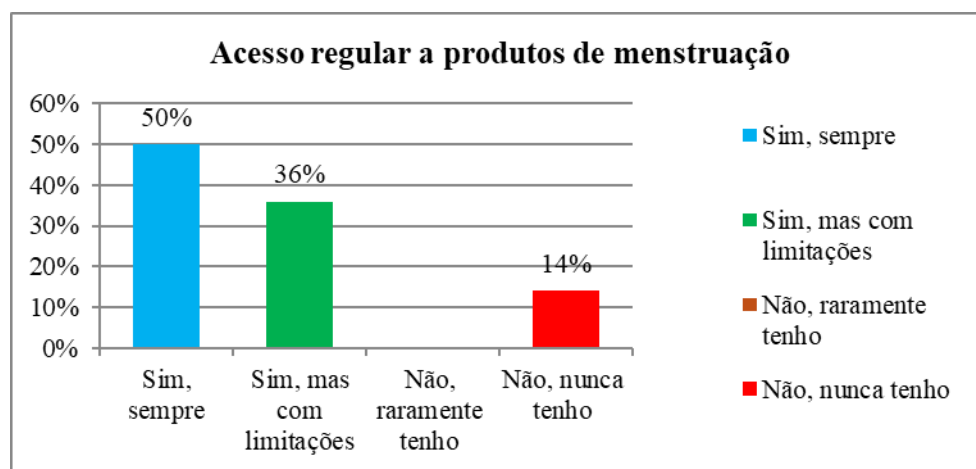
Verifica-se que a maior parte das raparigas (48%) relatou sentir desconforto físico frequentemente durante a menstruação, enquanto 36% afirmaram sentir esse desconforto às vezes. Apenas 16% indicaram que não sentem desconforto. Estes dados confirmam que os sintomas físicos associados ao ciclo menstrual são experiências recorrentes entre as alunas e, provavelmente, influenciam o seu bem-estar, concentração e desempenho escolar, elementos que serão explorados com maior profundidade em questões seguintes.

Com base nos resultados, entende-se que a menstruação é um problema significativo na população escolar (Silva et al., 2020). Esse tipo de dor menstrual leva muitas adolescentes a faltar à escola, segundo os dados, entre 21,9% e 56% das jovens universitárias relatam absenteísmo devido à menstruação. Além disso, a falta de infra-estrutura e produtos de

higiene nas escolas a pobreza menstrual intensifica o desconforto e agrava o impacto no rendimento escolar (UNICEF/UNFPA, 2021; Correio do Povo, 2025). Em combinação, esses factores prejudicam o bem-estar, a concentração e o desempenho escolar das alunas. Portanto, políticas escolares que ofereçam suporte, educação menstrual e condições adequadas podem reduzir esses efeitos adversos.

A pergunta B3 teve como objectivo apurar se as alunas possuem acesso regular a pensos higiénicos ou outros produtos para a gestão da menstruação. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto ao acesso regular a pensos ou outros produtos menstruais.

Gráfico 3: Dados sobre o acesso regular a produtos de menstruação



Observa-se que metade das raparigas (50%) indicou ter sempre acesso aos produtos menstruais necessários. No entanto, um número expressivo (36%) afirmou que tem acesso, mas com limitações, e (14%) declararam que não têm acesso a esses produtos.

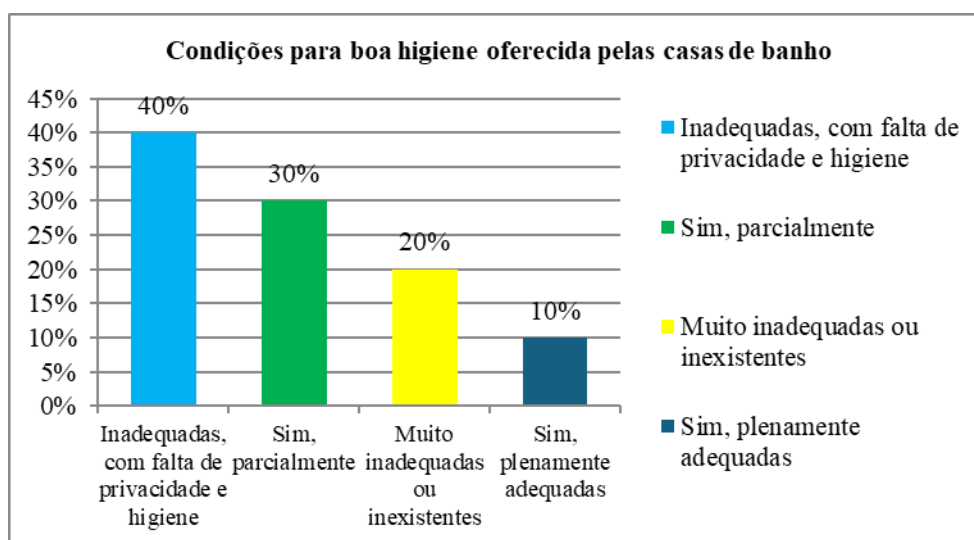
De forma geral, essa situação reforça o conceito de pobreza menstrual, que engloba não apenas a falta de produtos, mas também de infra-estrutura sanitária e apoio educacional (UNICEF/UNFPA, 2021). A Plan International Brasil (2021), destacam que a escassez de produtos de higiene não se resume à ausência física dos produtos, mas está ligada à pobreza menstrual, que inclui também falta de infra-estrutura sanitária adequada. Campos ressalta que, em muitas regiões, a dificuldade financeira leva meninas a improvisar com materiais inadequados, aumentando o risco de infecções genitais.

Adicionalmente, Nascimento (2021) aponta que milhões de alunas frequentam escolas sem banheiros funcionais, o que agrava ainda mais o acesso limitado observado e acarreta absentismo sistemático. O acesso completo a produtos e infra-estrutura adequada se mostra fundamental não apenas para a saúde menstrual, mas também para garantir dignidade e

permanência escolar. Diante disso, urge a implementação de políticas públicas eficazes que ofereçam fornecimento regular de materiais menstruais e melhorem o saneamento e a educação menstrual nas escolas.

A pergunta B4 procurava avaliar se as casas de banho da escola oferecem condições que permitam uma boa higiene durante o período menstrual. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto às condições das casas de banho para a gestão da higiene menstrual.

Gráfico 4: Dados sobre as condições de higiene oferecidas pelas casas de banho da EST



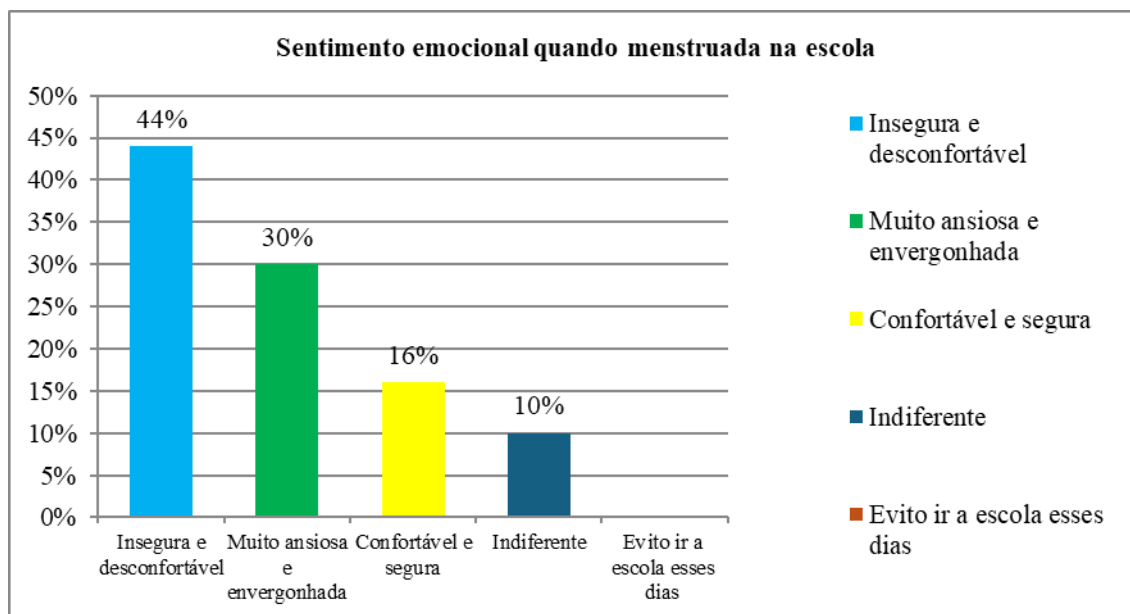
Observa-se que 40% das raparigas classificaram as casas de banho como inadequadas, apontando falta de privacidade e de condições de higiene. 30% consideram-nas parcialmente adequadas, enquanto 20% as avaliam como muito inadequadas ou inexistentes. Apenas 10% das alunas afirmam que os espaços são plenamente adequados para a higiene durante o período menstrual.

A precariedade das instalações sanitárias nas escolas tem sido amplamente apontada como um dos principais obstáculos à saúde menstrual e à permanência das meninas no ambiente escolar. Segundo Ministério da Saúde (Brasil, 2016), sanitários inadequados, sem privacidade e higiene, aumentam o risco de infecções e criam um ambiente hostil para as alunas.

Oliveira e Silva (2018) complementam que a falta de infra-estrutura adequada reforça o estigma em torno da menstruação e pode levar ao absentismo escolar, comprometendo o desempenho e o bem-estar das alunas. Portanto, melhorar as condições das casas de banho é essencial para promover a equidade educacional e a dignidade menstrual.

A pergunta B5 teve como finalidade compreender como as alunas se sentem emocionalmente durante o período menstrual no ambiente escolar. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto ao seu estado emocional durante a menstruação na escola.

Gráfico 5: Dados sobre o sentimento emocional das raparigas na Escola durante a menstruação



Observa-se que 44% das raparigas afirmam sentir-se inseguras e desconfortáveis quando estão menstruadas na escola. Já 30% relataram sentir-se muito ansiosas e envergonhadas, enquanto apenas 16% se sentem confortáveis e seguras, e 10% se mostram indiferentes à situação. Estes dados revelam que uma grande maioria das alunas experimenta sentimentos negativos durante o período menstrual no espaço escolar, o que evidencia o impacto da pobreza menstrual na dimensão psicológica e emocional da experiência educativa.

Sentir-se insegura e envergonhada durante o período menstrual na escola é uma experiência comum para muitas adolescentes, e tem impacto directo no seu bem-estar psicológico. Estudos indicam que a ansiedade e o constrangimento gerados pelo estigma social associado à menstruação podem levar ao abandono escolar e ao baixo desempenho escolar (Hennegan, Montgomery & Dibley, 2016). Além disso, a ausência de espaços adequados para a gestão menstrual reforça esses sentimentos negativos, comprometendo a auto-estima das meninas (Sommer et al., 2015).

O artigo de Somer et al. (2015) ainda reforça que a falta de apoio emocional e educacional agrava o impacto psicossocial da pobreza menstrual, prejudicando a participação das alunas

nas actividades escolares. Portanto, promover ambientes escolares que ofereçam suporte físico e emocional é fundamental para garantir a inclusão e o sucesso educacional das meninas.

Além dos dados estatísticos recolhidos junto das alunas, também foram conduzidas entrevistas com professores da Escola Secundária de Tenga, no sentido de compreender a percepção dos educadores sobre os impactos da pobreza menstrual nas raparigas.

Quando questionados sobre “os desafios físicos e sociais observa nas alunas devido à pobreza menstrual?” (Questão 1), os professores relataram situações recorrentes de ausência às aulas, e défice de atenção em alguns dias. Um dos professores destacou:

“Há alunas que se isolam muito nesses dias. Nota-se que estão com dor, que não se sentem bem, e algumas vezes pedem para sair da sala várias vezes. Já houve casos de alunas que faltaram por falta de pensos, mas é normal nessas zonas” (Professor de Química , 44 anos)

Relativamente à questão 2: “Na sua experiência como educadores, como a pobreza menstrual afecta o estado emocional das alunas?”, as respostas foram unânimes ao apontar sentimentos de insegurança, vergonha e baixa participação nas aulas:

“As alunas evitam sentar-se na frente, participam pouco e às vezes até pedem para não apresentar trabalhos nesses dias. Nota-se uma ansiedade nelas, como se tivessem medo de serem expostas.” (Professor de Física, 42 anos)

Também se evidenciou a preocupação com o estigma:

“A menstruação ainda é vista como tabu. Algumas alunas choram quando sujam a roupa. Já vi alunas pedirem para ir para casa por vergonha. Isso perturba o psicológico delas.” (Professora de Português, 32 anos)

Destacando os aspectos colhidos anteriormente junto das alunas, Nascimento (2021) considera que a pobreza menstrual provoca consequências físicas e emocionais profundas, manifestadas em ausência escolar, desconforto e isolamento visíveis no relato dos professores (e.g. pedidos recorrentes para sair da sala). De acordo com o Instituto Aurora (2023), o estigma associado à menstruação intensifica sentimentos de vergonha e ansiedade, inibindo a

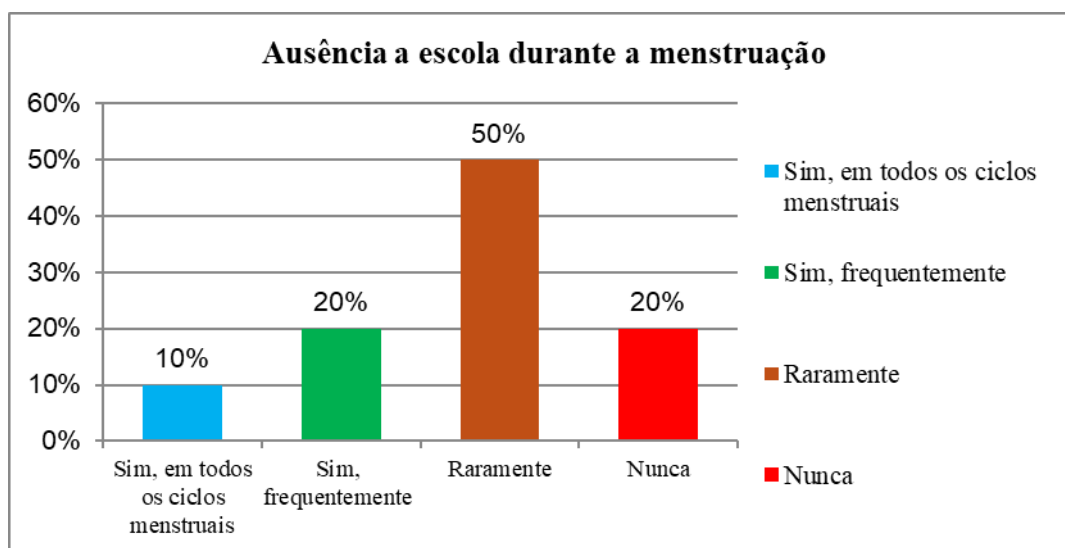
expressão e a participação das alunas. Esse contexto compromete a auto-estima e o engajamento acadêmico, reforçando barreiras ao direito à educação com dignidade. Ademais, como aponta o próprio Nascimento (2021), pobreza menstrual “pode causar desconfortos, insegurança e estresse, contribuindo ... para aumentar a discriminação”

4.3. Relação entre a Pobreza Menstrual e o Rendimento Escolar das Raparigas, Avaliando como a Falta de Acesso a Produtos de Higiene Menstrual Influencia a sua Frequência às Aulas

O segundo objectivo específico desta pesquisa tem como finalidade analisar de que forma a pobreza menstrual interfere no rendimento escolar das raparigas, com ênfase nos impactos causados pela falta de acesso a produtos de higiene menstrual.

A pergunta C1 teve como objectivo compreender se as raparigas faltam à escola durante o período menstrual. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto à frequência com que faltam à escola durante a menstruação.

Gráfico 6: Dados sobre a falta a escolar durante a menstruação

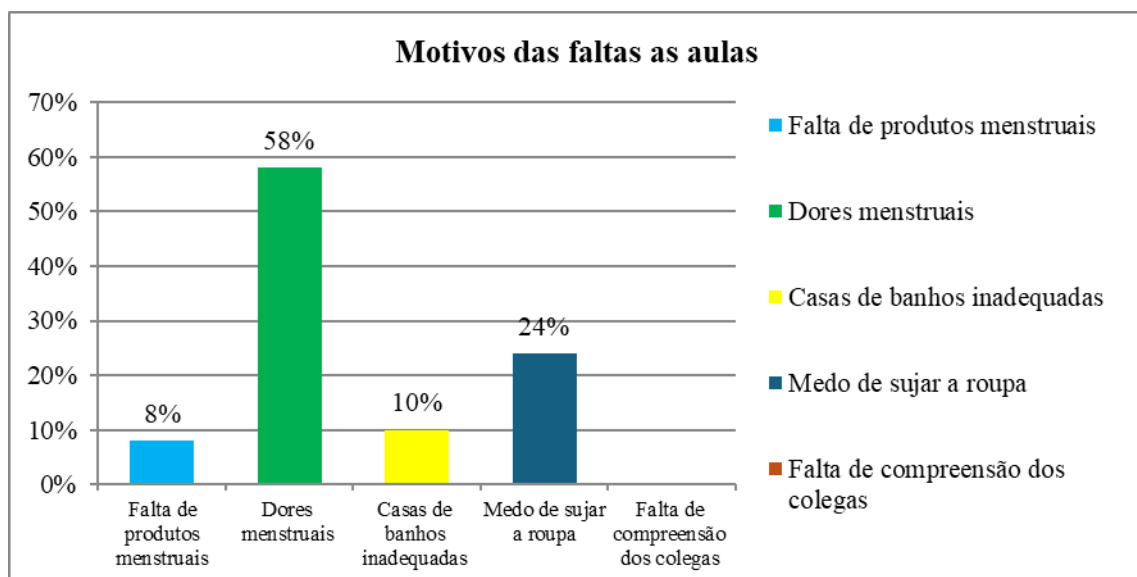


Observa-se que 50% das alunas referem que raramente faltam à escola durante a menstruação. 20% afirmam que nunca faltam, enquanto 10% faltam em todos os ciclos menstruais e 20% faltam frequentemente nesse período. De acordo com o Manual de Saúde Escolar para Adolescentes e Jovens (2016), a assiduidade é um dos indicadores centrais do desempenho escolar, e partindo dessa base, as ausências relacionadas à menstruação podem evidenciar a presença de barreiras físicas, emocionais ou estruturais que dificultam a permanência das alunas na escola.

Estudos similares, como o de Silva et al. (2020). Aponta que 56 % das adolescentes já deixaram de ir à escola devido à dismenorreia, indicando que dores menstruais são uma causa comum de absenteísmo. Além disso, relatório da UNICEF/UNFPA revela que 62 % das jovens já ausentaram-se de actividades escolares em função da menstruação, destacando a urgência de políticas que minimizem esses efeitos

A pergunta C2 foi dirigida às alunas que relataram faltar à escola durante o período menstrual, com o intuito de identificar os principais motivos associados a essas ausências. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto às razões que as levam a faltar à escola durante a menstruação.

Gráfico 7: Dados sobre os motivos de ausência as aulas durante a menstruação



Os dados revelam que a principal causa de ausência escolar entre as raparigas é a presença de dores menstruais, mencionada por 58% das participantes. Em seguida, aparece o medo de sujar a roupa, com 24%, seguido da falta de produtos menstruais (8%) e das casas de banho inadequadas (10%).

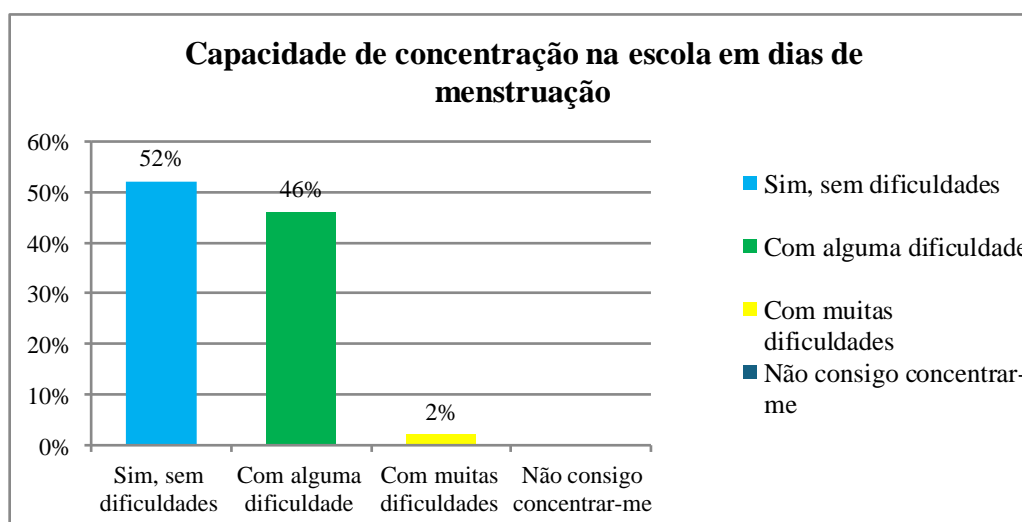
A predominância das dores menstruais como causa de ausência escolar (58 %) destaca o impacto directo da saúde menstrual no desempenho escolar. O UNICEF e o UNFPA relatam que mais de 60 % das jovens já deixaram de ir à escola devido à menstruação, em decorrência de dor, vergonha, falta de produtos ou infra-estrutura inadequada. Esse quadro evidencia que o desconforto físico alia-se a factores emocionais e materiais, reforçando a urgência de intervenções integradas.

Outrossim, Prioli e Carvalho (2023), no seu estudo sobre pobreza menstrual e evasão escolar considera que 28 % das mulheres já perderam aulas por não conseguir comprar pensos, evidenciando como o medo de sofrer constrangimento agrava o absentéismo.

Em suma, as dores menstruais se destacam como obstáculo primário ao aprendizado, mas o estigma associado à menstruação manifestado no receio de sujar roupas e na falta de produtos adequados também contribui consideravelmente para as faltas escolares.

A pergunta C3 procurou compreender se as raparigas conseguem manter a concentração nas aulas quando estão menstruadas e continuam a frequentar a escola. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto ao nível de concentração durante as aulas no período menstrual.

Gráfico 8: Dados sobre a capacidade de concentração na escola durante a menstruação



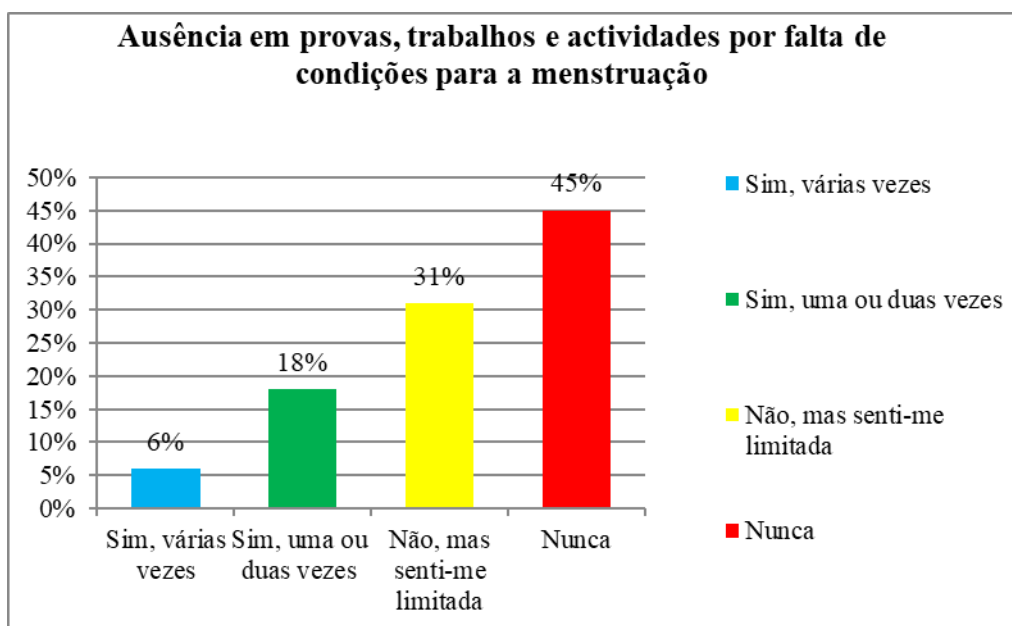
Verifica-se que 52% das alunas afirmaram conseguir manter-se concentradas a aula sem dificuldades durante a menstruação. No entanto, uma percentagem bastante expressiva (46%) relatou ter alguma dificuldade de concentração, enquanto 2% indicaram ter muitas dificuldades nesse aspecto. Estes dados demonstram que, embora a maioria das alunas declare manter um bom nível de concentração, quase metade enfrenta impactos moderados a significativos na sua capacidade de focar nas actividades escolares durante o período menstrual.

Em seus estudos, Silva et al. (2020) demonstram que entre adolescentes menstruadas, 56% apresentam faltas e comprometimento da produtividade académica, indicando que até mesmo

quem frequenta a aula pode ter desempenho prejudicado devido à dor e desconforto. Esses achados sugerem a necessidade de abordar a menstruação como uma questão de rendimento cognitivo, não apenas de saúde física. A implementação de suporte como pausas adaptativas, acesso a analgésicos e espaços adequados pode ajudar a mitigar essas dificuldades de concentração, promovendo mais equidade na educação e melhor aproveitamento das aulas por parte das meninas.

A pergunta C4 buscou apurar se, em algum momento, as alunas deixaram de participar em provas, trabalhos ou outras actividades escolares importantes por estarem menstruadas sem condições adequadas para gerir esse período. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto à participação escolar afectada pela menstruação.

Gráfico 9: Dados sobre a ausência em provas, trabalhos e actividades por falta de condições para a menstruação



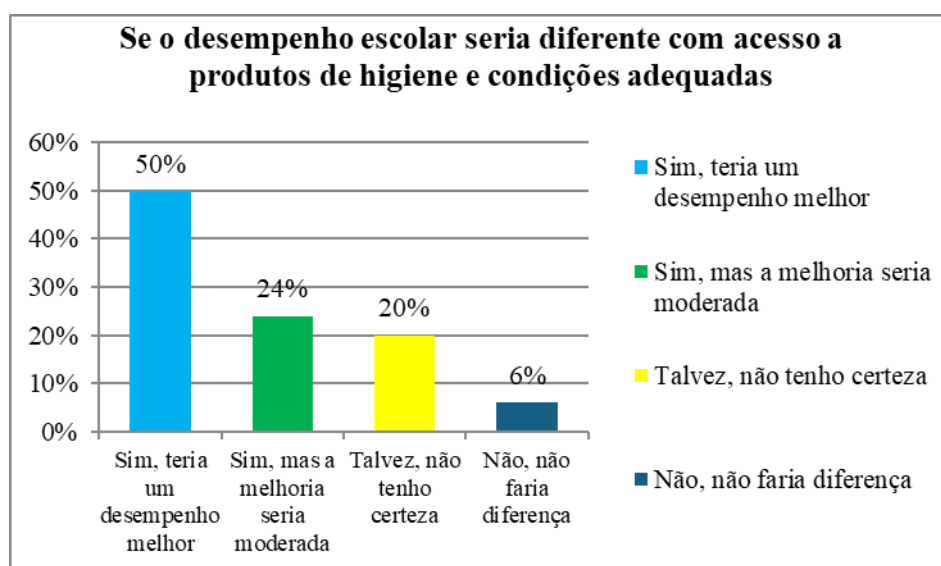
Verifica-se que 6% das raparigas afirmaram ter deixado de participar em actividades escolares importantes várias vezes devido à menstruação, enquanto 18% indicaram que isso ocorreu uma ou duas vezes. Um grupo significativo (31%) relatou que não chegou a faltar, mas que sentiu-se limitada durante esses momentos. A maioria (45%) respondeu que nunca teve a sua participação afectada.

Essa variação reflecte como as cólicas intensas pode impactar tanto a presença quanto a participação, sendo responsável por restrições mesmo em quem permanece fisicamente na escola. Silva et al. (2020) relatam que 66% das adolescentes admitem que a dor menstrual

interfere nas actividades diárias e que 31 % chegam a faltar às aulas por esse motivo. Esses dados evidenciam a necessidade de intervenções que considerem não apenas o absentéismo, mas também as consequências da participação reduzida, para apoiar o aproveitamento educacional das alunas.

A pergunta C5 procurou perceber a percepção das alunas sobre a relação entre as condições de higiene menstrual e o seu desempenho escolar. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto à percepção do impacto que melhores condições de gestão menstrual teriam sobre o seu desempenho escolar.

Gráfico 10: Dados sobre a percepção sobre o desempenho em caso de melhores condições



Os dados mostram que 50% das alunas acreditam que teriam um desempenho escolar melhor se tivessem acesso constante a produtos menstruais e condições adequadas. Para 24%, haveria uma melhoria moderada. Já 20% responderam que talvez houvesse alguma diferença, mas não têm certeza, e 6% acreditam que não haveria qualquer impacto. Estes resultados apontam para uma consciência significativa entre as raparigas sobre os efeitos da pobreza menstrual no seu rendimento académico. A maioria reconhece que a ausência de condições adequadas como produtos menstruais, casas de banho seguras e apoio emocional afecta negativamente a sua experiência educativa e, por consequência, os seus resultados escolares.

Essa percepção corresponde aos achados da UNICEF em (2021), onde 37% das adolescentes relataram dificuldades de acesso a itens de higiene em escolas, e cerca de 60% já deixaram de frequentar aula por causa da menstruação, por constrangimento ou ausência de produtos essenciais. Portanto, é evidente que a menstruação é vista não só como um desafio sanitário,

mas como um obstáculo concreto ao desempenho escolar, o que exige políticas públicas que incluam distribuição de produtos, higiene adequada e orientação na escola.

Para além dos dados recolhidos junto das alunas, os professores também relataram experiências que demonstram como a pobreza menstrual interfere directamente no rendimento académico das raparigas. Ao serem questionados sobre a “Questão 3: Tem conhecimento de alunas que faltaram à aula por falta de produtos menstruais? Como isso impacta o rendimento delas?”, as respostas foram categóricas. Um dos professores revelou:

“Sim, várias vezes. Há meninas que ficam em casa quando estão menstruadas, principalmente quando não têm pensos. Chegam a perder testes, apresentações... e isso afecta claramente o aproveitamento delas.” (Professora de Biologia, 38 anos)

Outro professor acrescentou:

“Às vezes as meninas aparecem só depois do segundo ou terceiro dia. Quando voltam, já perderam parte da matéria, e isso vai se acumulando.” (Professor 6)

No seguimento, foi colocada aos professores a “Questão 4: A escola oferece algum apoio (como pensos ou banheiros adequados) para alunas? Justifique.” A maioria dos professores respondeu negativamente ou mencionou iniciativas pontuais e insuficientes:

“Infelizmente não há distribuição de pensos na escola. As meninas que não têm trazem o que podem de casa. E as casas de banho não são tão seguras nem têm água.” (Professora de English, 27 anos)

Outro educador sublinhou a falta de condições estruturais:

“As casas de banho não têm sabão nem lugar próprio para se limparem. Algumas meninas têm medo até de usar esses sanitários, e isso torna a situação ainda mais crítica.” (Professora de Biologia, 38 anos)

Em geral, esses testemunhos reforçam que o contexto escolar, ao não oferecer suporte mínimo para a gestão menstrual, contribui para o agravamento das desigualdades e limita o

pleno aproveitamento escolar das raparigas. De acordo com Hennegan, Montgomery e Dibley (2016), absentismo motivado pela pobreza menstrual acaba por comprometer a continuidade do processo educativo, dificultando a aprendizagem e criando um ciclo vicioso de exclusão.

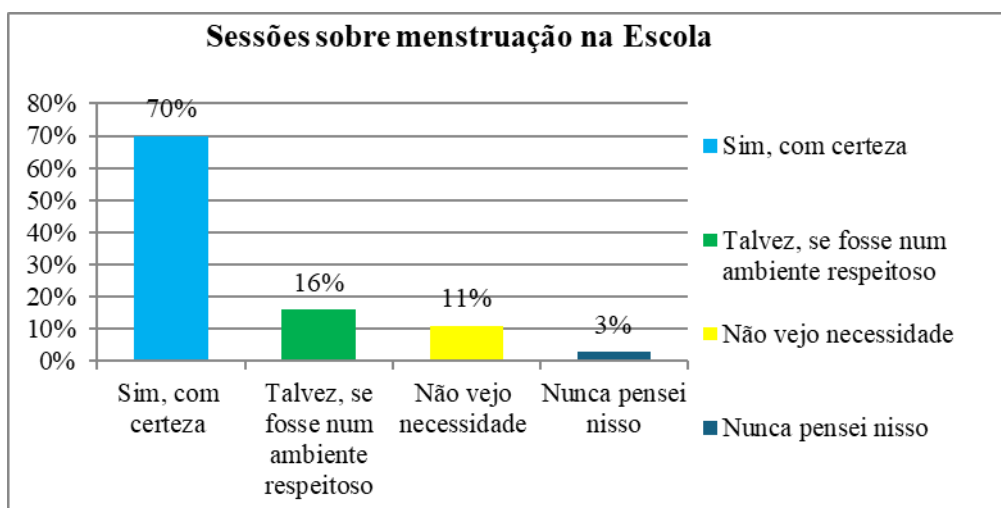
A ausência reiterada das alunas por motivos menstruais não revela apenas uma questão de higiene ou acesso, mas uma falha sistémica que desvaloriza as necessidades específicas das raparigas no ambiente escolar. Esta negligência institucional contribui para a exclusão educativa e para o reforço de desigualdades estruturais de género. Ao naturalizar o silêncio em torno da menstruação, a escola falha no seu papel inclusivo. Como refere Sommer et al. (2016), a falta de apoio à saúde menstrual compromete o direito à educação com dignidade e equidade.

4.4. Linhas estratégicas para a orientação das iniciativas de redução dos efeitos da pobreza menstrual na educação, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo

Neste objectivo específico, delineiam-se estratégias fundamentais para mitigar os impactos da pobreza menstrual sobre o desempenho escolar das raparigas e promover a inclusão e equidade no ambiente educativo. Com base nos dados recolhidos e na literatura analisada, identifica-se que a pobreza menstrual interfere significativamente na frequência, rendimento e bem-estar emocional das estudantes, exigindo respostas estruturadas e integradas.

A pergunta D1 procurou investigar o interesse das alunas em participar de sessões escolares sobre menstruação, com o objectivo de promover conhecimento, reduzir estigmas e facilitar a gestão adequado do ciclo menstrual. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto ao interesse em ter sessões educativas sobre menstruação no contexto escolar.

Gráfico 11: Dados sobre o interesse na participação em sessões sobre menstruação



Os dados demonstram que a maioria expressiva das alunas (70%) respondeu que gostaria com certeza de participar de sessões escolares sobre menstruação. 16% manifestaram interesse, desde que ocorra num ambiente respeitoso. Já 11% afirmaram que nunca haviam pensado no assunto, e apenas 3% não vêem necessidade dessas sessões. Estes números apontam para uma forte abertura das alunas ao diálogo e à educação menstrual no ambiente escolar. A elevada percentagem de interesse directo ou condicional evidencia que, apesar do silêncio cultural ainda predominante, existe uma procura real por informação e acolhimento em relação ao tema.

Diante disso, os dados reforça a importância da educação menstrual como parte integrante da educação sexual, que amplia o autoconhecimento e suporta ambientes livres de tabus. De acordo com Antunes e Mendes (2004), incorporar essas sessões com base em princípios da educação sexual integral ou seja, que dialogam sobre aspectos fisiológicos, emocionais e de respeito mútuo pode ampliar a participação, reduzir a vergonha e promover confiança entre alunas.

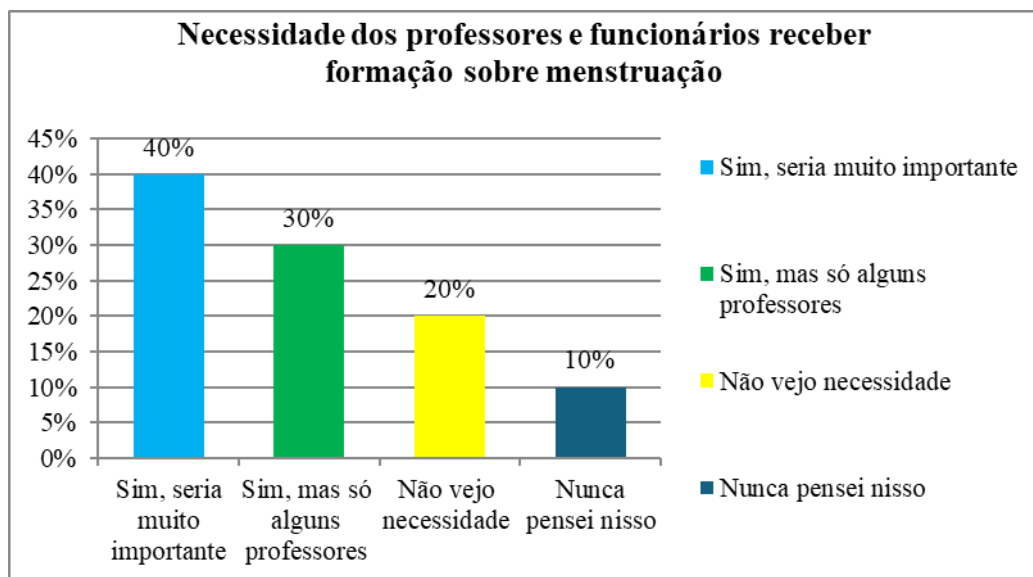
A questão D2 procurou saber quais mudanças as alunas gostariam de ver na escola para facilitar a gestão da menstruação. A maioria das participantes (50%) destacou a necessidade de melhorar a higiene das casas de banho, mencionando a limpeza insuficiente e a falta de condições sanitárias como obstáculos significativos. Além disso, 30% das respostas enfatizaram a necessidade de melhorar a estrutura física das casas de banho, com destaque para a falta de privacidade e ausência de espaços adequados.

Outras sugestões apontam para a disponibilização gratuita de pensos higiénicos nas casas de banho (25%) e a realização de sessões educativas ou palestras com profissionais de saúde (30%). Por fim, 10% das alunas sugeriram a promoção de debates e acções de sensibilização, com enfoque na valorização e no acolhimento das meninas em contexto menstrual.

Paraphrasing the School Health Program (2016), the suggestions of the students reflect clear demands for concrete improvements that impact directly on comfort and dignity during the menstrual period in school. The emphasis on hygiene and privacy in the bathrooms reveals how these basic conditions are still insufficient, affecting not only physical health, but also self-esteem and safety of the students. In addition, the search for free access to menstrual products highlights the persistence of menstrual poverty, which limits the full participation of girls in the school environment.

A pergunta D3 teve como objectivo compreender a opinião das alunas quanto à necessidade de formação específica para professores e funcionários da escola sobre como apoiar as raparigas durante o período menstrual. O gráfico abaixo apresenta as respostas das participantes quanto à importância da formação de professores e funcionários sobre menstruação.

Gráfico 12: Dados sobre a percepção sobre a necessidade dos professores receberem formação



Os dados revelam que 40% das alunas consideram que seria muito importante oferecer formação aos professores e funcionários sobre como apoiar as raparigas durante a menstruação. Outras 30% concordam parcialmente, indicando que apenas alguns professores deveriam receber esse tipo de formação. Já 20% afirmam que não vêem necessidade, e 10% disseram que nunca tinham pensado no assunto.

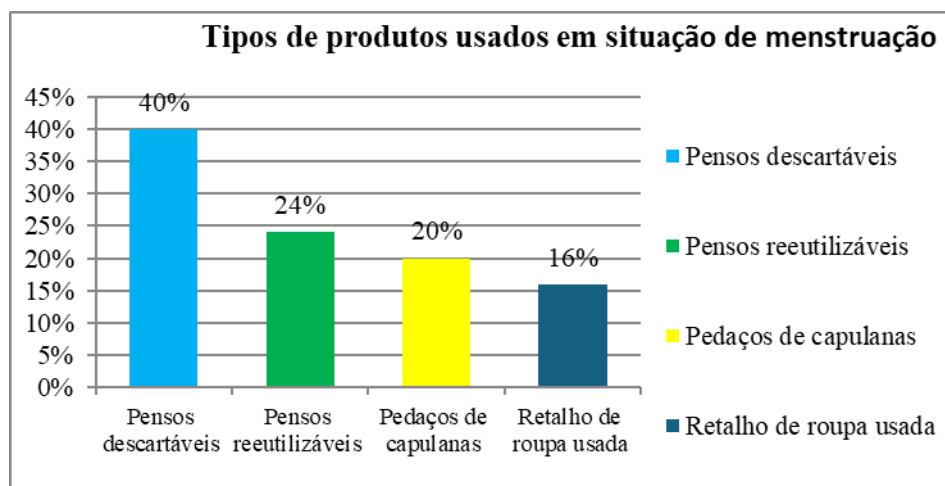
A importância da formação de professores e funcionários para o apoio às raparigas durante a menstruação é amplamente reconhecida, visto que estes profissionais desempenham papel central no ambiente escolar e podem contribuir para a criação de um espaço acolhedor e livre de estigmas. A resistência de (20%) das alunas em considerar necessária essa formação reflecte a persistência de tabus e a falta de conscientização sobre o impacto da menstruação na experiência escolar. Além disso, a opinião de que apenas alguns professores devam ser treinados pode indicar uma percepção limitada sobre a responsabilidade colectiva na gestão da pobreza menstrual.

Autores como Sommer, et al. (2016), destacam que a capacitação dos educadores é fundamental para promover a inclusão e o suporte emocional necessário às alunas menstruadas. Segundo Jewitt e Ryley (2014), a ausência de conhecimento e sensibilidade por parte do corpo escolar contribui para o constrangimento e a exclusão das alunas. Ainda, pelo entendimento de Hennegan, Montgomery e Dibley (2016), investir na formação ajuda a

desmontar mitos e favorece um ambiente mais seguro e respeitoso, fundamental para o desenvolvimento educacional e psicológico das jovens.

A pergunta D4 procurou identificar quais tipos de produtos menstruais são utilizados pelas alunas. Esta informação é fundamental para compreender as estratégias de gestão menstrual adoptadas pelas alunas e avaliar possíveis situações de vulnerabilidade ou risco à saúde.

Gráfico 13: Dados sobre os tipos de produtos usados durante a menstruação



Os dados revelam que 40% das alunas utilizam pensos descartáveis, enquanto 24% recorrem a pensos reutilizáveis. No entanto, 20% das alunas afirmaram usar pedaços de capulanas, e 16% utilizam retalhos de roupa usada como alternativa para gerir o período menstrual.

Estes números evidenciam que, embora os pensos descartáveis representem o método mais comum, uma percentagem significativa das raparigas ainda depende de métodos alternativos e improvisados, como capulanas e roupas usadas. De acordo com Nascimento (2021), estas opções, geralmente associadas à falta de recursos financeiros ou à indisponibilidade de produtos apropriados, podem comprometer a higiene, o conforto e a saúde das alunas. Essas práticas aumentam o risco de infecções e desconforto, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas que garantam o fornecimento regular de pensos higiénicos. A insuficiência de recursos impacta directamente na dignidade e no desempenho escolar das raparigas.

Na pergunta final, as alunas foram convidadas a propor soluções concretas à escola ou ao governo com o objectivo de melhorar a sua experiência durante a menstruação. As respostas apresentadas reforçam as necessidades identificadas em questões anteriores e expressam preocupações práticas, estruturais e educativas. A maioria das sugestões (50%) recai sobre a distribuição gratuita de pensos e outros produtos de higiene menstrual, especialmente para

raparigas em situação de vulnerabilidade. Em seguida, 30% das participantes sugeriram a reabilitação ou construção de casas de banho mais modernas, limpas e privadas, apontando para a importância da infra-estrutura escolar na gestão menstrual.

Outras respostas (30%) defenderam a implementação de sessões educativas ou mentoria sobre o período menstrual, reconhecendo a falta de informação como um obstáculo à vivência saudável da menstruação. Por fim, uma resposta (10%) destacou a necessidade de valorizar e proteger as raparigas contra retaliações e estigmas sociais ligados à menstruação.

Estas propostas revelam uma consciência clara por parte das alunas sobre as suas necessidades e indicam caminhos concretos para intervenções institucionais que assegurem uma gestão menstrual digna, segura e livre de constrangimentos no ambiente escolar.

As sugestões das alunas reflectem a necessidade urgente de acções integradas que garantam acesso a produtos menstruais, melhoria da infra-estrutura escolar e educação menstrual contínua, elementos essenciais para promover saúde, dignidade e participação plena. Estudos indicam que a pobreza menstrual e ambientes inadequados comprometem o rendimento e bem-estar das alunas (Azcue, L. & Patiño, 2018). Além disso, a educação menstrual é crucial para combater estigmas e fortalecer a autonomia feminina no ambiente escolar (Maharaj, 2018).

Para complementar os dados e propostas levantadas neste estudo, foi solicitado aos professores que partilhassem a sua visão sobre formas de enfrentar a pobreza menstrual no contexto escolar. Quando questionados sobre a “Questão 5: Como a comunidade escolar (professores, alunos e pais) pode ajudar a reduzir esse problema?”, os professores destacaram a importância da consciencialização e do envolvimento activo de todos os actores escolares. Um professor referiu:

“A escola deve promover mais debates e palestras sobre menstruação, não só para as raparigas, mas também para os rapazes. Assim todos entendem que é algo normal e deixa de ser motivo de gozo.” (Professora de Português , 32 anos)

Outro professor sugeriu o envolvimento das famílias:

“É importante envolver os pais, especialmente as mães, para que falem com as filhas sobre menstruação. Muitas vezes, as meninas têm vergonha porque nem em casa se fala do assunto.” (Professora de English, 27 anos)

A última pergunta feita aos professores foi: “Questão 6: Que políticas ou ações sugere para combater a pobreza menstrual nas escolas?”. As respostas evidenciaram a urgência de medidas estruturais e políticas consistentes. Um dos entrevistados respondeu:

“O Governo moçambicano devia garantir distribuição gratuita de pensos nas escolas, como acontece com os preservativos. A menstruação é uma questão de saúde.” (Professora de Português, 32 anos)

Outros enfatizaram a necessidade de melhoria nas condições sanitárias:

“Melhorar os sanitários deve ser prioridade, pelo menos na nossa escola. Porque sem casas de banho adequadas, as meninas vão continuar a faltar às aulas. Isso é básico.” (Professor de Física, 42 anos)

As sugestões dos professores convergem com os dados apresentados nesta pesquisa e reforçam a importância de uma abordagem sistémica, que inclua não só a distribuição de produtos menstruais, mas também a educação menstrual, o investimento em infra-estruturas e o envolvimento comunitário.

CAPÍTULO V: CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

A presente dissertação teve como tema Análise da Influência da Pobreza Menstrual no Desempenho Escolar das Raparigas na Escola Secundária de Tenga, na Província de Maputo, tendo como objectivo geral analisar como a pobreza menstrual afecta a experiência educativa das alunas, particularmente no que diz respeito ao seu rendimento escolar, frequência e bem-estar. Para a concretização desse objectivo, recorreu-se a uma abordagem metodológica mista, envolvendo 50 alunas e 10 professores, utilizando questionários e entrevistas não-estruturadas como principais instrumentos de recolha de dados.

O primeiro objectivo específico permitiu descrever os desafios enfrentados pelas raparigas em contexto escolar devido à pobreza menstrual, onde se constatou que estas vivenciam não apenas dores físicas e limitações de acesso a produtos menstruais, mas também enfrentam constrangimentos psicológicos e sociais marcados por estigmas, falta de apoio emocional e infra-estruturas escolares inadequadas.

No segundo objectivo, analisou-se a relação entre a pobreza menstrual e o rendimento escolar das raparigas. Os resultados apontam que a menstruação, quando mal gerida devido à pobreza, contribui para o absentismo, a baixa concentração e o desempenho insatisfatório. As alunas relataram faltas às aulas, receio de humilhações e pouca participação nas actividades escolares.

No cumprimento do terceiro objectivo, foram concebidas linhas estratégicas para mitigar os efeitos da pobreza menstrual no contexto escolar. Entre as propostas destacam-se: a distribuição gratuita de produtos menstruais, a melhoria das casas de banho escolares, a inclusão da educação menstrual no currículo, a formação de professores e o envolvimento da comunidade escolar.

Com base nos resultados, foi possível responder à pergunta de partida, confirmando que a pobreza menstrual constitui uma barreira real ao desempenho escolar das raparigas e à equidade educacional. O estudo evidenciou que a menstruação, quando não é tratada com dignidade e apoio institucional, agrava desigualdades de género e limita o direito pleno à educação. Por fim, a investigação demonstrou que é possível transformar o ambiente escolar em um espaço mais inclusivo e equitativo mediante políticas educativas sensíveis ao género, garantindo a permanência e o sucesso escolar das raparigas.

5.2. Recomendações

Finda a presente pesquisa, e tendo em conta os resultados obtidos, apresentam-se as seguintes recomendações:

Ao Ministério da Educação

- Implementar políticas nacionais para a distribuição gratuita de produtos menstruais nas escolas.
- Integrar a educação menstrual no currículo escolar, desmistificando tabus e promovendo o conhecimento sobre o tema.
- Melhorar a infraestrutura das escolas, garantindo sanitários adequados e acesso à água e sabão para higiene menstrual.

À Direcção da Escola Secundária de Tenga:

- Assegurar a disponibilização contínua e gratuita de produtos menstruais (pensos higiénicos, sabão e papel higiénico), por meio de parcerias com o Ministério da Educação, ONGs e entidades privadas;
- Melhorar as infra-estruturas sanitárias, garantindo casas de banho seguras, limpas, com água corrente e privacidade, para responder de forma digna às necessidades menstruais das alunas;
- Integrar a educação menstrual no currículo escolar, por meio de sessões regulares com apoio técnico de professores capacitados e profissionais de saúde, visando combater os estigmas e promover o autoconhecimento corporal;
- Promover formações específicas para professores e pessoal administrativo, sobre saúde menstrual, género e práticas inclusivas, reforçando o papel pedagógico da escola como agente de mudança social;
- Reforçar a articulação com os serviços locais de saúde, integrando a temática menstrual no Programa de Saúde Escolar, para oferecer apoio psicossocial e clínico às alunas;
- Fomentar o envolvimento dos pais, encarregados de educação e da comunidade em campanhas de sensibilização, para desconstruir mitos e tabus em torno da menstruação e incentivar o diálogo aberto;

- Estabelecer parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil, universidades e iniciativas juvenis, para desenvolver projectos educativos e de intervenção sobre dignidade menstrual.

Às Alunas

- Engajar-se em diálogos sobre pobreza menstrual e buscar apoio junto à direção da escola quando necessário;
- Participar de iniciativas e debates sobre higiene menstrual para aumentar a conscientização e reduzir o estigma;
- Formar grupos de apoio entre as alunas para compartilhar experiências e buscar soluções conjuntas.

Referências Bibliográficas

Antunes, E. M., & Mendes, C S. (2004). *Promover a saúde em saúde escolar*. In José Pais Ribeiro & Isabel Leal (Orgs.), *Actas do 5º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde* (pp. 141- -147). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Azcue, L. & Patiño, L. (2018). *La menstruación como política pública: Un estudio exploratorio de proyectos legislativos sobre gestión menstrual en Argentina*. X Jornadas Sociol. la Univ. Nac. la Plata 1.

Beauvoir, S. de. (1980). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Brasil. Ministério da Saúde. (2016). *Guia para promoção da saúde do adolescente nas escolas*. Brasília: Ministério da Saúde.

Butler, J. (2004). *Undoing gender*. New York: Routledge.

Correio do Povo. (2025). *Menstruação em idade escolar: desinformação e falta de acesso à higiene afectam aprendizado*. Porto Alegre: CP.

Instituto Aurora. (2023). *Pobreza menstrual: O que menstruação tem a ver com a justiça e a inclusão social*. Consultado em 11/06/2025, Disponível em: <https://institutoaurora.org/pobreza-menstrual>.

Jewitt, S., & Ryley, H. (2014). *It's a girl thing: Menstruation, school attendance, spatial mobility and wider gender inequalities in Kenya*. *Geoforum*, 56, 137-147.

Hennegan, J., Montgomery, P., & Dibley, M. (2016). *Menstrual hygiene management in low-income countries: Taking stock of what we know*. *Acta Tropica*, 157, 46-51.

Maharaj, P. (2018). *Menstrual poverty: A global issue with local consequences*. *Journal of Adolescent Health*.

Nascimento, L. (2021). *Relatório aponta vulnerabilidade de meninas em cuidados menstruais*. Agência Brasileira de Direitos Humanos. Consultado em 09/06/2025, Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-05/relatorio-aponta-vulnerabilidade-de-meninas-em-cuidados-menstruais>.

Oliveira, M. F., & Silva, L. A. (2018). *Infra-estrutura escolar e saúde menstrual: desafios para a permanência das meninas na escola*. *Revista Educação & Saúde*, 14(3), 45-54.

Pelouro de Saúde e Acção Social, Medicusmundi. (2016). *Manual de Saúde Escolar para Adolescentes e Jovens*. Editor: Conselho Municipal do Município de Maputo.

Plan International Brasil. (2021). *Entenda o que é a pobreza menstrual*. Plan International Brasil. Consultado em 09/06/2025, Disponível em https://plan.org.br/noticias/entenda-o-que-e-a-pobreza-menstrual/?utm_.

Prioli, K., & Carvalho, R. (2023). *Pobreza menstrual e evasão escolar: uma análise da falta de implementação de políticas públicas no Brasil*. Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca, 8(1).

Silva, N. S. B. da et al. (2020). *Impacto da dismenorreia em adolescentes escolares*. Revista Acervo Saúde, (49), e3308.

Sommer, M., et al. (2015). *Comfortably, Safely, and without Shame: Defining Menstrual Hygiene Management as a Public Health Issue*. American Journal of Public Health, 105(7), 1302–1311.

UNICEF & UNFPA. (2021). *Mais de 60 % de adolescentes que menstruam já deixaram de ir à escola*. UNICEF Brasília.

APÊNDICE

Apêndice I: Termo de consentimento informado

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Estimada rapariga da Escola Secundária de Tenga!

Sou estudante do curso de Mestrado em Educação pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do Prof. Dr. Augusto Guambe, cujo objectivo é analisar a influência da pobreza menstrual no desempenho escolar das raparigas na Escola Secundária de Tenga.

A participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Se você optar por não participar ou decidir se retirar o consentimento a qualquer momento, terá total liberdade para fazê-lo. Sua participação envolve responder a um questionário e participar de uma entrevista conduzida pela pesquisadora.

Na divulgação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será estritamente confidencial. Qualquer informação que possa identificá-lo(a) será omitida.

Mesmo não tendo benefícios directos em participar, indirectamente você estará contribuindo para a compreensão do fenómeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do contacto 844874327 e/ou eunicia.pale@gmail.com.

Atenciosamente

Stela Eunícia Cumaio Palé

Maputo/___/___/___

Consinto em participar desta pesquisa e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

Apêndice II: Questionário

Questionário Direccionado as alunas da Escola Secundária de Tenga		
<p>Estimada rapariga da Escola Secundária de Tenga!</p> <p>Sou estudante do curso de Mestrado em Educação pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do Prof. Dr. Augusto Guambe, cujo objectivo é analisar a influência da pobreza menstrual no desempenho escolar das raparigas adolescentes na Escola Secundária de Tenga.</p> <p>A participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Sua participação envolve responder ao questionário, assinalando com x a opção que lhe for conveniente em cada uma das perguntas.</p> <p>Na parte I preencha com base nas suas informações gerais, em seguida, a II que possui questões e/ou afirmações sobre o estudo e as suas devidas opções.</p>		
Parte I: Informação Geral		
Perguntas	Opções	Condições
Idade	Intervalo de 12 a 18 anos	=12 < 20
Local	Boane (ES Tenga)	
Sexo	a)Feminino b)Masculino	
Qual é a sua idade?		≥ 12; ≤20
Classe que frequenta:	8 ^a ; 9 ^a ;10 ^a ;11 ^a ; 12 ^a	8 ^a à 12 ^a classe
Anos de frequência da EST:	1,2,3,4 ou 5	
Residência:		
Parte II: Sobre o estudo		

B. Experiência Menstrual

B1. Já teve a sua primeira menstruação?

Não

Sim

B2. Durante o período menstrual, sente algum desconforto físico?

- Sim, frequentemente
- Sim, ocasionalmente
- Não

B3. Tem acesso regular a pensos ou outros produtos para a gestão da sua menstruação?

- Sim, sempre
- Sim, mas com limitações
- Não, raramente tenho
- Nunca tenho

B4. As casas de banho na sua escola oferecem condições que permitem uma boa higiene durante o período menstrual?

- Sim, são adequadas
- Sim, parcialmente
- Inadequadas, com falta de privacidade e higiene
- Muito inadequadas ou inexistentes

B5. Como se sente emocionalmente quando está menstruada na escola?

- Confortável e segura
- Insegura e desconfortável
- Muito ansiosa e envergonhada
- Evito ir à escola esses dias

C. Impacto Escolar

C1. Costuma faltar à escola quando está menstruada?

- Nunca
- Raramente
- Sim, frequentemente

Sim, em todos os ciclos menstruais

Se respondeu que falta, qual a principal razão? (pode assinalar mais de uma opção)

Dores menstruais

Medo de sujar a roupa

Falta de produtos menstruais

Casas de banho inadequadas

Outro (especifique): _____

C2. Quando está menstruada e vai à escola, consegue concentrar-se nas aulas?

Sim, sem dificuldades

Com alguma dificuldade

Com muitas dificuldades

C3. Já deixou de participar em provas, trabalhos ou actividades escolares importantes por estar menstruada e sem condições adequadas?

Nunca

Não, mas senti-me limitada

Sim, uma ou duas vezes

Sim, várias vezes

C4. Acha que o seu desempenho escolar seria diferente se tivesse sempre acesso a produtos menstruais e condições adequadas?

Sim, teria um desempenho melhor

Sim, mas a melhoria seria moderada

Talvez, não tenho certeza

Não, não afectaria

D. Linhas estratégicas de intervenção

D1. Gostarias de ter sessões na escola para aprender mais sobre a menstruação e como lidar com ela?

- Sim, com certeza
- Talvez, se fosse num ambiente respeitoso
- Nunca pensei nisso
- Não vejo necessidade

D2. Que mudanças gostarias de ver na tua escola para tornar mais fácil lidar com a menstruação?

D3. Achas que os professores e funcionários da escola deviam receber formação sobre como apoiar raparigas durante o período menstrual?

- Sim, seria muito importante
- Sim, mas só alguns professores
- Nunca pensei nisso
- Não vejo necessidade

D4. Que tipo de produtos usa?

- Pensos descartáveis
- Pensos reutilizáveis
- Pedacos de capulanas

D5. Se pudesses propor uma solução à tua escola ou ao governo para melhorar a situação das raparigas durante a menstruação, o que sugeririas?

D6. Se tem outros comentários que gostaria de fazer sobre este assunto e que não tenha sido abordado neste questionário, use este espaço:

Apêndice III: Guião de entrevista

Este guião de entrevista, dirige-se aos professores e visa identificar a ocorrência da pobreza menstrual no desempenho escolar das adolescentes na Escola Secundária de Tenga.

Através dessas perguntas, busca-se entender que problemas podem advir da pobreza menstrual e o seu impacto escolar e identificar possíveis soluções. As respostas ajudarão a propor iniciativas para apoiar a melhor a vida das alunas durante o período menstrual.

Parte I: Dados sociodemográficos dos professores

1. Sexo:_____.
2. Idade:_____.
3. Classe que lecciona:_____.
4. Tempo de trabalho na EST:_____.
5. Possui experiência em materiais sobre menstruação escolar? Não () Sim ()

Parte II: Questões direccionadas aos professores

1. Que desafios físicos e sociais observa nas alunas devido à pobreza menstrual?
2. Na sua experiência como educador, como a pobreza menstrual afecta o estado emocional das alunas?
3. Tem conhecimento de alunas que faltaram à aula por falta de produtos menstruais? Como isso impacta o rendimento delas?
4. A escola oferece algum apoio (como absorventes ou banheiros adequados) para alunas em situação de pobreza menstrual? Justifique.
5. Como a comunidade escolar (professores, alunos e pais) pode ajudar a reduzir esse problema?
6. Que políticas ou acções sugere para combater a pobreza menstrual nas escolas?